

# APRENDIZAGEM HISTÓRICA:

Entre conceitos e aplicabilidades

Washington Tourinho Júnior  
Telma Bonifácio dos Santos Reinaldo  
(Organizadores)



**PROFHISTÓRIA**  
MESTRADO PROFISSIONAL  
EM ENSINO DE HISTÓRIA



**Atena**  
Editora  
Ano 2022

# APRENDIZAGEM HISTÓRICA:

Entre conceitos e aplicabilidades

Washington Tourinho Júnior  
Telma Bonifácio dos Santos Reinaldo  
(Organizadores)



**PROFHISTÓRIA**  
MESTRADO PROFISSIONAL  
EM ENSINO DE HISTÓRIA



**Atena**  
Editora  
Ano 2022

**Editora chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Editora executiva**

Natalia Oliveira

**Assistente editorial**

Flávia Roberta Barão

**Bibliotecária**

Janaina Ramos

**Projeto gráfico**

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Gabriel Motomu Teshima

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

**Imagens da capa**

iStock

**Edição de arte**

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição-Não-Comercial-Não-Derivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

**Conselho Editorial****Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco  
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso  
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás  
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



## Aprendizagem histórica: entre conceitos e aplicabilidades

**Diagramação:** Daphynny Pamplona  
**Correção:** Yaidy Paola Martinez  
**Indexação:** Amanda Kelly da Costa Veiga  
**Revisão:** Os autores  
**Organizadores:** Washington Tourinho Júnior  
Telma Bonifácio dos Santos Reinaldo

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A654 Aprendizagem histórica: entre conceitos e aplicabilidades /  
Organizador Washington Tourinho Júnior, Telma  
Bonifácio dos Santos Reinaldo. – Ponta Grossa - PR:  
Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-0066-0

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.660220104>

1. História geral – Estudo e ensino. 2. Aprendizagem  
histórica. I. Tourinho Júnior, Washington (Organizador). II.  
Reinaldo, Telma Bonifácio dos Santos (Organizadora). III.  
Título.

CDD 907

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

**Atena Editora**

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)



**Atena**  
Editora  
Ano 2022

## DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



## DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



## **EPÍGRAFE**

O saber se vai buscar  
E é preciso sempre ler  
Não perca oportunidade  
Esse livro é pra você.

Júlia Constança



## SUMÁRIO

**INTRODUÇÃO..... 1**

**CAPÍTULO 1..... 11**

A DIDÁTICA DA HISTÓRIA COMO CIÊNCIA DA APRENDIZAGEM HISTÓRICA:  
REFLEXÕES DE ESTUDIOSOS DO CAMPO

Sandra Regina Rodrigues dos Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6602201041>

**CAPÍTULO 2..... 31**

AS ESCOLAS HISTÓRICAS E SUA INFLUÊNCIA NA ESCRITA DA HISTÓRIA E DOS  
LIVROS DIDÁTICOS

Júlia Constança Pereira Camêlo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6602201042>

**CAPÍTULO 3..... 47**

FRAGMENTAÇÃO, SUPERFICIALIZAÇÃO E CONTROLE: OS MANUAIS DOS  
PROFESSORES E A APRENDIZAGEM HISTÓRICA

Washington Tourinho Júnior

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6602201043>

**CAPÍTULO 4..... 68**

APRENDIZAGEM HISTÓRICA NA LICENCIATURA EM CIÊNCIAS HUMANAS: DESAFIOS  
E DESDOBRAMENTOS DE UMA NOVA PROPOSTA CURRICULAR DOCENTE EM  
BACABAL-MA

Maria José dos Santos

Viviane de Oliveira Barbosa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6602201044>

**CAPÍTULO 5..... 87**

APRENDIZAGEM HIGIÊNICA SÃ E PATRIÓTICA: UMA ANÁLISE DO CONGRESSO  
PEDAGÓGICO DE 1920 EM SÃO LUÍS - MA

Mary Angélica Costa Tourinho

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6602201045>





**CAPÍTULO 6..... 103**

NEGAÇÃO HISTÓRICA DOS DIREITOS HUMANOS DA POPULAÇÃO NEGRA:  
POLÍTICAS PÚBLICAS PARA UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

Marcelo Pagliosa Carvalho

Tanielle Cristina dos Anjos Abreu

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6602201046>

<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>127</b>
PROJETO FOCO ACADÊMICO – EIXO ENSINO (UFMA): EXPERIÊNCIAS NO CAMPO DA HISTÓRIA	
Marize Helena de Campos Adriana Regina Oliveira Coelho	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.6602201047">https://doi.org/10.22533/at.ed.6602201047</a>	
<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>151</b>
EXPERIÊNCIAS FORMATIVAS E PRÁTICAS DOCENTE NO ENSINO SUPERIOR O PARFOR/HISTÓRIA NO MUNICÍPIO DE URBANO SANTOS-MARANHÃO	
Telma Bonifácio dos Santos Reinaldo	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.6602201048">https://doi.org/10.22533/at.ed.6602201048</a>	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>172</b>
MESTRES OUVINTES: CONSIDERAÇÕES ACERCA DO PAPEL DO “HISTORIADOR” A PARTIR DO POEMA DRUMMONIANO	
Rogério de Carvalho Veras Larissa Aryane Lima Araujo	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.6602201049">https://doi.org/10.22533/at.ed.6602201049</a>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>180</b>
EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA ÁREA ITAQUI BACANGA (MA), CONSCIENTIZAR PARA PRESERVAR	
Antonia da Silva Mota Flaviomiro Silva Mendonça	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.66022010410">https://doi.org/10.22533/at.ed.66022010410</a>	
<b>SOBRE OS AUTORES</b> .....	<b>198</b>
<b>SOBRE OS ORGANIZADORES</b> .....	<b>202</b>

# INTRODUÇÃO

## APRENDIZAGEM HISTÓRICA: ENTRE COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

Telma Bonifácio dos Santos Reinaldo

Washington Tourinho Júnior

Durante boa parte do século XX as discussões acerca do ensino de História ocorriam, em sua maioria, no campo da psicologia e da pedagogia a partir de referenciais da ciência histórica. Conceitos como: consciência histórica, didática da História, metodologia do ensino da História e processo ensino/aprendizagem, geralmente encontravam na psicologia e na pedagogia os seus espaços de discussão e ambientação, ficando o campo do conhecimento histórico relegado à posição de coadjuvante na construção das epistemologias e das metodologias relativas a tais conceitos, uma vez que as teorias que embasavam tais discussões estavam situadas em um dos dois campos, ou seja, os conceitos que davam estrutura e organicidade a estas discussões eram oriundos das teorias de autores como: Piaget, Skinner e Vigotski, (ligados ao campo da psicologia da educação) ou às análises de Bourdieu, Passeron, Alain Choppin e André Chervel (ligados ao campo da sociologia da educação). Aos referenciais oriundos da ciência histórica cabia a função de instrumento de espacialização teórica, cujo objetivo seria o de dar especificidade e identidade às discussões direcionadas ao ensino de História. Esta perspectiva dominou o campo de formação profissional da História até as últimas décadas do século XX. Noções como aprendizagem, didática e ensino eram apresentadas apenas em seus aspectos mais gerais e serviam de referência teórica e prática para todas as disciplinas da área de ensino (História, Geografia, Matemática, etc.). Um bom exemplo pode ser notado na forma como a disciplina didática era ministrada nos cursos de formação de professores, concebidos nesta modalidade como educadores

Ela (a didática) é ensinada, dentro dos currículos, separadamente das disciplinas profissionalizantes, quer seja nas licenciaturas em geral, quer seja nos cursos de pedagogia. Na prática do planejamento, execução e avaliação do ensino, superior ou médio, ela é apresentada como se fosse um conjunto de mecanismos assépticos e isolados de como fazer alguma coisa. (...) Mesmo existindo nos currículos disciplinas que discutiam os fundamentos da prática educacional, na maior parte das vezes, para não dizer sempre, ficam situadas como conteúdos a serem apreendidos isoladamente e não como posicionamentos a serem levados em consideração na prática diuturna do pesquisador. (LUCKESI, 2001, p 31)

A didática e, em decorrência, a noção de aprendizagem, conforme nos mostra Luckesi, são apresentadas como entes universais cuja aplicabilidade e conhecimento

independem da área onde são aplicadas provocando um descompasso entre a teoria e a prática profissional de ensino, mais precisamente, e no nosso caso, o professor de História. Convém lembrar que nas décadas de 80 e 90 do século XX a configuração dos cursos de formação gravitava em torno da cisão ensino/pesquisa ou, mais precisamente licenciado/bacharel.

Na primeira década do século XXI, estas discussões sofrem uma inversão. Tomando como ponto de partida, não mais os campos da Psicologia e da Pedagogia, mas os referenciais da Ciência Histórica, os conceitos acima mencionados passam a apontar para um novo paradigma nas discussões referentes ao ensino de História e a aprendizagem histórica. Segundo Maria Auxiliadora Schimidt o último quartel da década de 1990 e os primeiros anos deste século viram multiplicar-se os estudos referentes ao ensino de História e a aprendizagem histórica a partir dos referenciais da própria disciplina

No Brasil, as pesquisas sobre ensino e aprendizagem da História adquiriram grande impulso nas últimas décadas, o que pode ser observado pela expansão das linhas de pesquisa e pelo aumento da produção e da publicação nessa área. Esse boom pode ser também observado em outros países e tem provocado o aparecimento de domínios específicos na área do ensino de História, como o chamado campo da Educação Histórica que se desenvolveu em países como Inglaterra, Alemanha, Estados Unidos, Portugal e também no Brasil. (SCHIMIDT, 2014, p 42).

O crescimento das pesquisas no campo do ensino e aprendizagem histórica no Brasil segue uma tendência iniciada na Europa de reposicionamento das discussões sobre a didática da História a partir da noção de Educação Histórica, Cultura Histórica e Consciência Histórica. Estes três conceitos, observados sempre no plano relacional, tornar-se-ão centrais no desenvolvimento de teorias e metodologias específicas do campo da História.

As investigações e reflexões que têm ocorrido no âmbito do domínio teórico da Educação Histórica circunscrevem-se nas questões relacionadas aos estudos da consciência histórica como objeto e objetivo da didática da História, tendo como foco principal a aprendizagem histórica. Nesse sentido, a consciência histórica passa a ser uma categoria que serve para a autoexplicação da História como disciplina escolar, para a sua identificação como uma matéria específica e com uma metodologia própria (SCHIMIDT, 2014, p 42).

A Educação Histórica, vista como campo amplo de estudo funciona como meio para a formação da Consciência Histórica e para o entendimento dos modos de ensinar os temas e assuntos pertinentes à disciplina História. Segundo Barca (2001, p 13) a Educação Histórica constrói-se no momento em que assumimos o Ensino de História como uma disciplina com fundamentação teórica própria, constituindo-se como teoria e aplicação à educação de princípios decorrentes da cognição histórica. A cognição histórica, por sua vez, consiste em um processo de aprendizado e elaboração do conhecimento altamente especializado

fundamental na formulação da Consciência Histórica. É a partir da Consciência Histórica que a Cultura Histórica se constrói, ou seja a Cultura Histórica consiste na aplicação prática da Consciência Histórica. É neste plano relacional que Educação Histórica, Consciência Histórica e Cultura Histórica atuam para a construção do conhecimento Histórico

A consciência histórica dá estrutura ao conhecimento histórico como um meio de entender o tempo presente e antecipar o futuro. Ela é uma combinação complexa que contém a apreensão do passado regulada pela necessidade de entender o presente e de presumir o futuro. Se os historiadores vierem a perceber a conexão essencial entre as três dimensões do tempo na estrutura da consciência histórica, eles podem evitar o preconceito acadêmico amplamente aceito de que a história lida unicamente com o passado: não há nada a se fazer com os problemas do presente e ainda menos com os do futuro. (RÜSEN, 2011, pp36, 37).

Como vemos, Rüsen nos traz a necessidade de reorganizarmos os parâmetros epistemológicos que alicerçam o conhecimento Histórico apontando para a necessidade de reorganização de dois outros conceitos o de Didática da História e o de Aprendizagem Histórica. Ensinar História, para além da mera explicação do passado consiste, a partir desta reconfiguração conceitual, na adoção de um conjunto de desafios que conduzam o alunos a experienciar o seu tempo a partir da observação do tempo do outro, entendendo o seu lugar no tempo e criando perspectivas de futuro (RÜSEN, 2016). O pensamento histórico passa a ser concebido como um movimento mental extremamente dinâmico. A História, observada nesta perspectiva, deixa de ser entendida como um estudo cumulativo e linear, onde o entendimento do passado encerrava-se em si próprio. A História não é o passado. É a construção de um sentido na inter-relação do presente com o passado, repleto de significados (RÜSEN, 2016, p19).

A didática da História e a aprendizagem histórica assumiriam, a partir de então um protagonismo nos cursos de formação de professores de História. Tal protagonismo partiria da concepção da didática da História enquanto uma disciplina mediadora, ou seja uma disciplina que faria a mediação entre a teoria da História e as disciplinas ligadas a área de ensino de História. Para além da concepção da didática da História como um conjunto de métodos assépticos o que se impõe agora é a observação desta disciplina como um instrumento de construção do conhecimento histórico e como um vasto campo de pesquisa.

Assim, a didática coloca-se dentro dos parâmetros da metodização e da teorização da História, deixando de ser uma disciplina isolada no contexto do debate. A relação didática da História e da ciência histórica permite que a primeira torne relevante não apenas a pesquisa medial, mas sim, as categorias históricas que compõem a própria teorização da História. (CAIMI et al, 1999, pp 19-20).

A didática, enquanto disciplina e campo de pesquisa, incorpora ao seu campo epistemológico conceitos e métodos da ciência histórica atuando como um conjunto de

abordagens formalizadas direcionadas especificamente para o ensino da História na educação básica. Entendida como uma disciplina que possui em seu escopo elementos de pesquisa da vida prática, quer do profissional, quer do aluno da educação básica a didática da história constrói uma identidade vinculada “humbilicalmente” com a teoria da História, ou seja pesquisar, discutir e aplicar a didaticamente princípios educacionais no ensino de História só se torna possível se observados os princípios epistemológicos básicos da ciência histórica. A didática passa a desempenhar um papel importante na escrita e na compreensão histórica. (RÜSEN, 2011).

A didática da História se situa nesta relação direta com a ciência da história, na medida que se concebe como ciência do aprendizado histórico e não como ciência da transmissão do conhecimento histórico produzido pela ciência da história. (RÜSEN, 2012, p 16).

Ou seja, a didática da história assume o papel de ciência do aprendizado histórico e a aprendizagem histórica, por sua vez, é concebida como o processo de formação da identidade e orientação históricas mediante as operações da consciência histórica (RÜSEN, 2012, p16). A aprendizagem histórica desenvolve-se na relação entre teoria histórica e vivência prática dos alunos, concretizando-se através de um conjunto de conceitos e competências históricas que se a apresentam no tempo. A aprendizagem histórica, liberada das amarras conceituais advindas da psicologia da aprendizagem, mas sem romper com elas, desenvolve-se enquanto um conjunto de operações mentais cognitivas determinados curricularmente pelo ensino de História. A aprendizagem histórica passa a agregar dois elementos inovadores (se assim podemos conceber): A experiência temporal e a localização espacial e teórica.

A experiência temporal consiste na observação do tempo em suas múltiplas dimensões: 1) O tempo passado ou do outro, aquele que é composto pelo conjunto de informações e análises que dá vida a ciência da história, as informações do passado, concebido aqui como um conjunto memorial e seletivo; 2) O tempo presente, o tempo do meu presente, aquele no qual eu me incluo e que constrói a minha localização espacial e a minha identificação primária. É neste tempo que as tensões e inquietações se colocam, é neste tempo que se apresentam duas noções estruturantes da teoria da história, a noção de verdade e de memória; 3) A relação dinâmica entre o passado e o presente produzindo as expectativas e ideias de futuro. Neste ponto observamos a construção de uma relação dinâmica entre memória, verdade, experiência e identidade. A observação dessas dimensões temporais são seguidas das noções de percepção, interpretação e motivação, fazendo com que a aprendizagem histórica articule constantemente conhecimento e experiência. A Narrativa histórica, a partir da noção de aprendizagem histórica, apresenta-se pois, como um processo mental, comucativamente realizado, no qual este contexto é criado, de forma que a experiência do passado torne-se a interpretação do presente e a

expectativa do futuro (RÜSEN, 2012, p75).

A localização espacial e teórica, pensada a partir da didática da história e da aprendizagem histórica situa-se na concepção de especialização do profissional ligado a área de ensino de História. Nesta perspectiva entende-se que para além da formação do profissional de História, existe a formação do professor de história. O profissional de História, neste sentido, seria o indivíduo formado na academia com funções gerais vinculado a análise dos princípios e fundamentos que perpassam todo tipo de conhecimento histórico, executando as suas atribuições a partir de um conjunto conceitual e metodológico advindo da teoria da História e da relação das mesmas com as disciplinas afins, numa interdisciplinaridade dinâmica e constante. O professor de História seria o profissional que, para além dos conhecimento dos princípios e fundamentos que perpassam a teoria da história, aplicaria estes princípios didaticamente, ou seja adotando a didática da História como campo de desenvolvimento de suas pesquisas e interpretações, concebendo a aprendizagem histórica como uma necessidade humana básica e intergeracional que se processa na relação entre professores e alunos.

A aprendizagem histórica consiste pois, em um processo que se estrutura através da ação desenvolvida no campo da didática da história de responsabilidade de professores profissionais, que formados enquanto historiadores profissionais especializam-se no campo da Educação Histórica, como idealizadores e operacionalizadores de conceitos e métodos ligados à didática da História, fundamentais para a formação da consciência histórica do aluno. Segundo Rüsen:

A relação da sociologia da cultura histórica com a Didática da História tem como resultado a aprendizagem. As disciplinas acadêmicas são respostas institucionalizadas para necessidades sociais. Os estudos históricos são uma resposta às questões sobre o tempo. Qual a questão respondida pela Didática da História? Nós precisamos de professores profissionais. Não só historiadores profissionais em sala de aula. O ponto de partida é a profissionalização de professores de história. Contamos com brilhantes teóricos do desenvolvimento da consciência moderna. Mas não existe nada parecido com o desenvolvimento da consciência histórica (2016, p 21).

A aprendizagem histórica, desenvolvida por professores profissionais, propicia ao aluno a ampliação do campo da experiência histórica através da noção das diversas dimensões temporais e do desenvolvimento da habilidade de compreender o passado como um construto memorial seletivo fundamental para a compreensão dos aspectos formativos e identitários do presente. Ao compreender e compreender-se no presente, o aluno será capaz de articular estas dimensões temporais seletivas de forma dinâmica e criativa articulando compreensão do mundo e de sua própria identidade. É através destes mecanismos, tanto epistemológicos, quanto metodológicos que o professor propicia ao aluno a possibilidade de Construir a habilidade de conformar as aspirações de cada um a

partir de uma ideia empiricamente plausível de mudança temporal (RÜSEN, 2016).

O estudo das conceitualizações e experiências ligadas à aprendizagem histórica, sob essa nova ótica, torna-se de vital importância para a renovação das discussões a respeito do ensino de História. É com este objetivo que a os professores do Mestrado Profissional em Ensino de História (Profhistória) da Universidade Federal do Maranhão apresentam aos leitores o Livro **“Aprendizagem Histórica: Entre Conceitos e Experiências”**. Esta coletânea tem por objetivo apresentar as diversas formas de operacionalização do processo de aprendizagem histórica levada a cabo por alunos e professores do Mestrado, e as discussões apresentadas o âmbito da disciplina didática da História, com destaque para os conceitos e metodologias que embasam as ações articuladas entre professores e alunos da educação básica.

No primeiro capítulo intitulado “Didática da História como Ciência da Aprendizagem Histórica: reflexões de estudiosos de campo” Sandra Regina Rodrigues dos Santos faz uma extensa apresentação das discussões e análises realizadas por intelectuais brasileiros sobre três conceitos basilares da obra de Jörn Rüsen: Educação Histórica, Consciência Histórica e Didática da História, com destaques para as contribuições de Maria Auxiliadora Schimidt, Luís Fernando Cerri, Oldimar Cardoso e Estevam Rezende Martins. Através da análise destes autores e da apresentação das práticas de leitura que os mesmos utilizam ao apropriarem-se dos conceitos Rusenianos, Sandra Regina demonstra como as estratégias da aprendizagem, uma vez ancoradas nestas referências conceituais, atuam tanto no campo da educação formal, mais especificamente no Ensino de História, quanto no campo da educação informal, possibilitando a formação da consciência histórica do aluno.

No segundo capítulo, intitulado “As escolas Históricas e suas Influências na Escrita da História e dos Livros Didáticos”, Julia Constança Pereira Camelo, faz uma relação entre o referencial teórico construído a partir do Positivismo, do Materialismo Histórico e da Escola dos Annales e a forma de operacionalização dos mesmos na escrita da História e no ensino de História, com destaque para a escrita didática da História, ou seja aquela apresentada nos livros didáticos. Partindo da concepção de escola Histórica a autora apresenta os elementos que caracterizam uma escola histórica e as formas de ação conjunta que se apresenta nas mesmas, a partir deste ponto nomina as Escolas que servirão de referência, mais precisamente as escolas citadas acima, apontando as características mais gerais da cada escola analisada. Feito este exercício Júlia passa a buscar os elementos destas escolas presentes na escrita didática da História, apontando as diversas formas de operacionalização dos conceitos e as diversas estratégias encontradas pelos professores/autores para afirmar a sua escrita enquanto uma escrita didática que possibilite o processo de aprendizagem histórica do aluno. Este exercício consiste em uma análise fundamental do metamorfoseamento da escrita de referência, além de apontar as diversas m apropriações realizadas no âmbito da escrita didática.



No capítulo terceiro intitulado “Fragmentação, Superficialização e Controle: os manuais dos professores e a aprendizagem histórica”, Washington Tourinho Júnior define a relação entre os Manuais dos Professores, parte integrante dos Livros Didáticos utilizados pelos alunos e o processo de aprendizagem histórica. Constituídos com o objetivo de “facilitar e organizar” o trabalho realizado pelo professor dentro da sala de aula os manuais dos Professores vem assumindo um papel cada vez mais central na referência teórica do professor de História e, por conseguinte na relação ensino/aprendizagem. Transformados em um espaço de apresentação de conceitos, métodos, estratégias, temas e fontes ligados a teoria da História e à didática da História estes manuais passam a trazer no seu texto conceitos fundamentais para a aprendizagem histórica, apresentando autores de referência e fragmentos textuais, além de “sugestões” didáticas para o professor. Ao apresentar-se como um espaço de ampliação do conhecimento Os manuais dos Professores, estabelecem uma relação cada vez mais imbricada com os professores, impactando diretamente na aprendizagem dos alunos e fragmentando o processo de aprendizagem histórica.

No quarto Capítulo Maria José dos Santos e Viviane Oliveira Barbosa, demonstram como o curso de Licenciatura em Ciências Humanas, específico para a formação de professores elaborou e operacionalizou um processo de aprendizagem interdisciplinar analisando o Projeto Pedagógico Curricular do referido curso. Sob o título “Aprendizagem Histórica na Licenciatura em Ciências Humanas: desafios e desdobramentos de uma nova proposta curricular docente em Bacabal-MA” as autoras fazem uma análise do processo de implementação do curso de Licenciatura em Ciências Humanas destacando as propostas de aprendizagem e as experiências vividas pelo corpo docente e discente no primeiro triênio de atuação do curso (2010-2013). Ao analisarem as formas de operacionalização das diretrizes curriculares do curso, as autoras apontam para os desafios enfrentados pelos docentes na implementação do PPC do curso na cidade de Bacabal, uma cidade de porte médio do estado do Maranhão, com uma população de 100.014 habitantes (de acordo com o censo de 2010, época da implantação do curso). Tal implementação, de acordo com as autoras repercute até hoje na cidade e nos municípios vizinhos, principalmente se levarmos em conta a trajetória profissional dos egressos do curso e a construção de um novo olhar para os cursos de licenciatura na região. Com destaque para a atuação e o planejamento coletivo realizado a cada semestre, Maria José e Viviane demonstram como a implementação do PPC do curso de forma dialogada e estrategicamente estruturada possibilitou o desenvolvimento do processo de aprendizagem histórica através da atuação marcante de professores profissionais junto ao corpo discente de forma direta e aos alunos da educação básica de forma indireta.

No quinto capítulo, Mary Angélica Costa Tourinho analisa como a aprendizagem cumpriu, no decorrer da História do Brasil republicano, a função de construção do ideário de modernidade, nacionalidade e patriotismo. Intitulado “Aprendizagem Higiênica, São e

Patriótica: uma análise do congresso pedagógico de 1920 em São Luís – MA”, o capítulo aborda as discussões sobre aprendizagem que aconteceram durante o Congresso Pedagógico realizado no Maranhão na década de 1920. Apoiado no ideário positivista o 1º Congresso Pedagógico do Maranhão discutiu ideias e princípios educacionais ancorados nos conceitos de modernização, civilidade, urbanismo, nacionalidade e patriotismo. A perspectiva de uma aprendizagem que pudesse dar conta destes conceitos apresentava-se sob a forma de uma educação técnico-científica que tinham por finalidade o desenvolvimento de sentimentos de civismo e patriotismo fundamentais para a “formação dos futuros cidadãos da república”. O conceito de aprendizagem, de matiz iluminista e positivista, teria por função a construção do cidadão ordeiro e patriota, através de um processo de modernização das instituições educacionais que passariam a funcionar em sintonia com as teorias aplicadas no continente europeu. Ao analisar as discussões ocorridas no Congresso Pedagógico Mary Angélica demonstra a relação entre aprendizagem e formação cidadã, próprio de uma república em processo de afirmação.

No sexto capítulo Marcelo Pagliosa Carvalho e Tanielle Cristina dos Anjos Abreu analisam o papel do racismo na educação brasileira e por conseguinte no processo de aprendizagem do aluno, apontado aqui como um processo desigual e excludente. Sob o título “Negação Histórica dos Direitos Humanos da População Negra: Políticas Públicas para uma educação Antirracista” os autores apontam o papel desempenhado pelo racismo na manutenção das desigualdades estruturais da sociedade brasileira com destaque para a educação histórica. Marcelo e Tanielle apontam o racismo como um elemento estruturante na formulação do discurso pedagógico nacional, atuando como um elemento proliferador de diferenças no campo educacional e operacionalizador de uma aprendizagem histórica descaracterizadora do sujeito enquanto ser social diverso e altérico. Analisando princípios estabelecidos na Constituição Federal e as premissas estabelecidas na carta de direitos da ONU, os autores propõem todo um conjunto de práticas e estratégias que promovam uma inversão das políticas públicas no campo da educação buscando a construção de uma consciência histórica de acordo com a multiplicidade formativa da sociedade brasileira, em especial a população negra. Para tanto, apontam para a construção de uma aprendizagem histórica que rompa com o caráter excludente, patriarcal e racista da sociedade brasileira.

No sétimo capítulo intitulado “Projeto foco acadêmico – Eixo ensino (UFMA): Experiências no campo da História”, Marize Helena de Campos e Adriana Regina Oliveira Coelho apresentam uma experiência de trabalho com foco na Didática da História e na aprendizagem histórica. Analisando o papel desempenhado pelo projeto foco acadêmico, que consiste em um projeto de assistência estudantil que objetiva manter o aluno vinculado ao curso por meio de concessão de bolsas de estudo e trabalho, possibilitando ao mesmo o desenvolvimento de atividades nas áreas de pesquisa e extensão, as autoras descrevem as ações desenvolvidas no âmbito do subprojeto “brinquedos que contam história: elementos

para um ensino-aprendizagem humano, criativo e dialogal. Partindo da historização da assistência estudantil no âmbito da educação nacional e da UFMA, Marize e Adriana, apontam o papel histórico desempenhado pela assistência estudantil e o impacto destes projetos na comunidade em que são aplicados. Do ponto de vista da aprendizagem histórica demonstram como a utilização de aspectos lúdicos, desde que obedecendo critérios epistemológicos e metodológicos da disciplina de referência (História) e do campo da pedagogia, tornam-se instrumentos fundamentais na formação da consciência histórica, através da adoção de uma didática da História e da operacionalização da aprendizagem histórica, campos fundamentais para a valorização do ensino de História e para a formação de uma cultura histórica.

No oitavo capítulo, intitulado “Experiências Formativas e Práticas Docentes no Ensino Superior: O PAFOR/História no município de Urbano Santos – Maranhão”, Telma Bonifácio dos Santos Reinaldo aponta o papel desempenhado pelo Programa de Formação de Professores na especialização dos profissionais ligados a área de ensino de História. Com o objetivo de possibilitar aos professores atuantes na educação básica dos diversos municípios brasileiros, o PAFOR apresenta-se como um instrumento fundamental na profissionalização e especialização de professores ligados a área de História na educação básica. Como destaque neste capítulo a autora apresenta a readaptação do programa durante o período pandêmico e como, mesmo durante o fechamento temporário das universidades o PAFOR continuou cumprindo a tarefa de formar professores profissionais que possam atuar ativamente no campo da educação histórica possibilitando a formação de uma consciência histórica a partir da utilização da didática da história e da construção do processo de aprendizagem histórica, mesmo em meio a pandemia de COVID 19.

No nono capítulo os autores Rogério de Carvalho Veras e Larissa Aryane Lima Araújo analisam o uso de métodos interdisciplinares como forma de valorização do ensino de História e de aplicação de uma didática da História. Intitulado “Mestres Ouvintes: Concepções acerca do papel do “Historiador” a partir do poema Drummoniano” o capítulo aponta para o papel da interdisciplinaridade na construção do conhecimento histórico. Tomando por base o poema “Historiador” de Carlos Drummond de Andrade, os autores constroem um conjunto analítico tomando como referência o poema citado para, a partir dele, discutir aspectos fundamentais para a História como: o significado do Historiador para a sociedade, os aspectos fundantes da disciplina História e principalmente qual trabalho deve ser desenvolvido por este profissional do conhecimento. Partindo das interpretações feitas por Anibal Quijano, Henrique Dussel e Erick Hobsbawm, os autores, a partir do poema citado, tentam responder estas questões e suscitar um debate central na sociedade contemporânea, cabe ao historiador atender as demandas do grande capital, ou entranhar-se nos debates e demandas que se apresentam no campo da diversidade e da Colonialidade?

No décimo capítulo os autores Antônia da Silva Mota e Flaviomiro Silva Mendonça apresentam um exemplo de educação patrimonial como meio para a construção da consciência histórica do aluno. Com o título “Educação Patrimonial na Área Itaqui-Bacanga MA: Conscientizar para preservar”, os autores demonstram como a interdisciplinaridade consiste em uma ferramenta indispensável para a didática da História e, por conseguinte, para a aprendizagem histórica. O capítulo remete a um projeto de educação patrimonial desenvolvido em uma escola comunitária do bairro Itaqui-Bacanga. Conhecido pela extensa dimensão territorial e pelo elevado contingente populacional o Bairro/objeto foi transformado em um campo de educação interdisciplinar que agregava ao mesmo tempo a educação patrimonial e a educação histórica. Partindo da História do Bairro e da apresentação da sua configuração sociocultural os autores utilizam-se da didática da História para formação da consciência histórica dos alunos envolvidos, através do despertar do sentimento de pertença e da valorização do patrimônio material e imaterial do bairro, elevando sobremaneira a autoestima dos alunos. Ao buscar na Educação Patrimonial os mecanismos para a aprendizagem histórica os autores apontam o papel fundamental da associação de conceitos e metodologias sem a perda da identidade disciplinar.

## REFERÊNCIAS

- BARCA, Isabel. Educação Histórica, Uma Nova Área de Investigação. In **História. Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**. Vol. 2. 2001. P 13-21. Disponível em <https://ojs.letras.up.pt/index.php/historia/article/view/5126>. Acesso em 21/10/2001
- CAIMI, Eloísa Flávia Et. Al (org). **O livro didático e o Currículo de História em transição**. Passo Fundo. EDUPF. 1999.
- LUCKESI, Cipriano Carlos. O papel da Didática na Formação do Educador. In CANDAU, Vera Maria (org). **A Didática em Questão**. 20ª ed. Petrópolis. Vozes. 2001. pp 25-34.
- RÜSEN, Jörn. A Função da Didática da História: A Relação entre a didática da História e a Meta-História. In SCHIMIDT, Maria Auxiliadora e MARTINS, Estevão de Rezende. **Jörn Rüsen, Contribuições para uma Teoria da Didática da História**. Curitiba. W.A. Editores LTDA. 2016. pp 13-42.
- \_\_\_\_\_. **Aprendizagem Histórica: Fundamentos e paradigmas**. Trad. Peter Host Rautmann, Caio da Costa Pereira, Daniel Martineschen e Sibebe Paulino. Curitiba. W.A. Editores LTDA. 2012.
- \_\_\_\_\_. Didática da História: passado, presente e perspectivas a partir do caso alemão. In SCHIMIDT, Maria Auxiliadora et. al. (org). **Jörn Rüsen e o Ensino de História**. Curitiba. Ed. UFPR. 2011. pp 23-40.
- SCHIMIDT, Maria Auxiliadora dos Santos. Cultura Histórica, Ensino e Aprendizagem de História: questões e possibilidades. In OLIVEIRA, Carla Mary S e MARIANO, Serioja Rodrigues Cordeiro (orgs). **Cultura Histórica e Ensino de História**. João Pessoa. Ed. UFPB. 2014. pp 39-64.

## PROJETO FOCO ACADÊMICO – EIXO ENSINO (UFMA): EXPERIÊNCIAS NO CAMPO DA HISTÓRIA

### **Marize Helena de Campos**

Doutora em História Econômica USP  
Professora Associada da UFMA  
Membro do Centro de Humanidades CHAM/  
Portugal  
Professora do ProfHistória/UFMA

### **Adriana Regina Oliveira Coelho**

Professora da Rede Básica de Ensino  
ProfHistória (UFMA)

### PREÂMBULO

A história da assistência estudantil no Brasil circunscreve-se no contexto da criação das Universidades no país, que desde o seu início foi marcada pelo caráter elitista do ingresso e permanência dos estudantes em seus cursos.<sup>1</sup>

A primeira universidade do Brasil, Universidade do Rio de Janeiro, foi criada em 1920, pelo Decreto nº 14.343, a partir da reunião da Escola Polytechnica do Rio de Janeiro, a

Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e a Faculdade de Direito do Rio de Janeiro<sup>2</sup>. De acordo com Arabela Campos Oliven, essa instituição era considerada elitista e “mais voltada ao ensino do que à pesquisa”.<sup>3</sup>

No sentido de minimizar esse traço, em 1929, foi criada a Casa do Estudante do Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, destinada à assistência de estudantes.

A Casa do Estudante do Brasil foi a primeira entidade estudantil de âmbito nacional visando a assistência social aos estudantes e a promoção, difusão e intercâmbio de obras e atividades culturais. Em 13 de agosto de 1929, um grupo de estudantes universitários de todas as escolas superiores do então Distrito Federal, mais os representantes das escolas Naval e Militar, em assembleia promovida pelo Centro Acadêmico Cândido de Oliveira (CACO), da Faculdade Nacional de Direito, criou a Casa do Estudante do Brasil, aclamando presidente Ana Amélia Queirós Carneiro de Mendonça e secretário Pascoal Carlos Magno.<sup>4</sup>

Dois anos mais tarde, um novo e

1 KOWALSKI, A. V. **Os (des)caminhos da política de assistência estudantil e o desafio na garantia de direitos**. Tese (Doutorado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, 2012. Disponível em: <<https://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/5137>>. Acesso em: 15 ago. 2021.

2 BRASIL. **Decreto nº 14.343, de 7 de setembro de 1920**. Institue a Universidade do Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-14343-7-setembro-1920-570508-publicacaooriginal-93654-pe.html>>. Acesso em: 20 ago. 2021

3 OLIVEN, Arabela Campos. **Histórico da Educação Superior no Brasil**. In: SOARES, Maria S. A. (org.). **A Educação Superior no Brasil**. Brasília: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), 2002.

4 CUNHA, Luís Antônio. **Casa do Estudante do Brasil**. FGV CPDOC, c2009. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/casa-do-estudante-do-brasil>>. Acesso em: 20 ago. 2021.

importante passo foi dado com a regulamentação das políticas de Assistência ao Estudante no Brasil. A promulgação do Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931, regulamentava a Assistência Estudantil, por parte do Estado, com a concessão de bolsas de estudo e de serviços de assistência médica e hospitalar. Como mostra o Artigo 108:

Art. 108. Para effectivar medidas de providencia e beneficencia, em relação aos corpos discentes dos institutos de ensino superior, inclusive para a concessão de bolsas de estudos, deverá haver entendimento entre a Sociedade dos Professores Universitarios e o Centro Universitario de Estudantes, afim de que naquellas medidas seja obedecido rigoroso criterio de justiça e de oportunidade.<sup>5</sup>

Mas foi na Constituição Federal, de 16 de julho de 1934, que a Educação e a Assistência Estudantil ganharam lugar no âmbito legal, com ações destinadas a alunos carentes. Destacadamente o Artigo 157, § 2º indicava que:

A União, os Estados e o Distrito Federal reservarão uma parte dos seus patrimônios territoriais para a formação dos respectivos fundos de educação. § 1º - As sobras das dotações orçamentárias acrescidas das doações, percentagens sobre o produto de vendas de terras públicas, taxas especiais e outros recursos financeiros, constituirão, na União, nos Estados e nos Municípios, esses fundos especiais, que serão aplicados exclusivamente em obras educativas, determinadas em lei. § 2º - Parte dos mesmos fundos se aplicará em auxílios a alunos necessitados, mediante fornecimento gratuito de material escolar, bolsas de estudo, assistência alimentar, dentária e médica, e para vilegiaturas.

A Constituição Federal de 1946 trouxe um significativo contributo às ações de assistência estudantil ao torná-las obrigatórias para todos os “sistemas de ensino”: “cada sistema de ensino terá obrigatoriamente serviços de assistência educacional que assegurem aos alunos necessitados condições de eficiência escolar” (BRASIL, 1946, Artigo 172)<sup>6</sup>. Mas foi na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, que a Assistência Estudantil se consolidou como um direito para os alunos que dela dependessem (BRASIL, 1961, Artigo 90)<sup>7</sup>.

Dez anos mais tarde, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, definiria, em seu Artigo 62, a abrangência da Assistência Estudantil:

---

5 BRASIL. **Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931**. Dispõe que o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferência, ao systema universitário, podendo ainda ser ministrado em institutos isolados, e que a organização technica e administrativa das universidades é instituída no presente Decreto, regendo-se os institutos isolados pelos respectivos regulamentos, observados os dispositivos do seguinte Estatuto das Universidades Brasileiras. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 20 ago. 2021.

6 BRASIL. **Constituição (1946)**. Constituição dos Estados Unidos do Brasil (18 de setembro de 1946). Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao46.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm)>. Acesso em: 20 ago. 2021.

7 BRASIL. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l4024.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4024.htm)>. Acesso em: 20 ago. 2021.

Art. 62. Cada sistema de ensino compreenderá obrigatoriamente, além de serviços de assistência educacional que assegurem aos alunos necessitados condições de eficiência escolar entidades que congreguem professores e pais de alunos, com o objetivo de colaborar para o eficiente funcionamento dos estabelecimentos de ensino. § 1º Os serviços de assistência educacional de que trata este artigo destinar-se-ão, de preferência, a garantir o cumprimento da obrigatoriedade escolar e incluirão auxílios para a aquisição de material escolar, transporte, vestuário, alimentação, tratamento médico e dentário e outras formas de assistência familiar. § 2º O Poder Público estimulará a organização de entidades locais de assistência educacional, constituídas de pessoas de comprovada idoneidade, devotadas aos problemas sócio educacionais que, em colaboração com a comunidade, possam incumbir-se da execução total ou parcial dos serviços de que trata este artigo, assim como da adjudicação de bolsas de estudo.<sup>8</sup>

Merece destaque o significativo Programa “Bolsa de Trabalho” instituído, em caráter nacional, pelo Decreto nº 69.927 de 13 de janeiro de 1972 e descrito no Art. 2º:

Caberá ao Programa “Bolsa de Trabalho” proporcionar a estudantes de todos os níveis de ensino oportunidades de exercício profissional em órgãos ou entidades públicas ou particulares, nos quais possam incorporar hábitos de trabalho intelectual ou desenvolver técnicas de estudo e de ação nas diferentes especialidades.<sup>9</sup>

Quinze anos se passaram até que fosse dado um novo passo no fortalecimento da Assistência Estudantil em nosso país. Criado em 1987, o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE) tinha o compromisso de fortalecer as políticas de Assistência Estudantil das Universidades Federais. No ano seguinte, a Constituição Federal de 1988, consolidava o direito ao ensino no Artigo 205: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.”<sup>10</sup>.

Por fim, a Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001, trouxe em seu texto a aprovação do Plano Nacional de Educação - PNE, estabelecendo como uma das metas para o Ensino Superior: “Estimular a adoção, pelas instituições públicas, de programas de assistência estudantil, tais como bolsa-trabalho ou outros destinados a apoiar os estudantes carentes que demonstrem bom desempenho acadêmico.”<sup>11</sup>.

---

8 BRASIL. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Fixa as Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 21 ago. 2021.

9 BRASIL. **Decreto nº 69.927, de 13 de janeiro de 1972**. Institui em caráter nacional, o Programa “Bolsa de Trabalho”. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-69927-13-janeiro-1972-418292-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 21 ago. 2021.

10 BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 21 ago. 2021.

11 BRASIL. **Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/l10172.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm)>. Acesso em: 21 ago. 2021.

## BREVE HISTÓRICO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Na Universidade Federal do Maranhão – UFMA, as políticas de Assistência Estudantil tem seus marcos na Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Estudantis (PREXAE - 1976), no Departamento de Assuntos Estudantis (DAE), no Núcleo de Assuntos Estudantis (NAE - 2004) e na atual Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis – PROAES.

A Resolução nº 73 – CONSUN, de 2 de fevereiro de 2004, trouxe em seu texto os termos de uma significativa modificação na estrutura organizacional da UFMA, “com vistas à economicidade, eficiência e eficácia dos seus objetivos de Ensino, Pesquisa e Extensão.”<sup>12</sup> No conjunto das suas decisões, a Resolução extinguiu a Coordenadoria de Unidades Suplementares, o Departamento de Convênios da Pró-Reitoria de Planejamento e Gestão, o Departamento de Informação e Avaliação Institucional da Pró-Reitoria de Planejamento e Gestão, o Departamento de Eventos e Concursos da Pró-Reitoria de Recursos Humanos, o setor de Serviços Gerais do Restaurante Universitário, a Unidade Técnico-Pedagógica da Pró-Reitoria de Ensino e o Departamento de Assuntos Estudantis da Pró-Reitoria de Extensão. Foram (re)denominadas várias Pró-Reitorias e Divisões, dentre as quais a “Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Estudantis” para Pró-Reitoria de Extensão – PROEX e criados vários órgãos, sendo o Núcleo de Assuntos Estudantis – NAE concebido em substituição ao Departamento de Assuntos Estudantis – DAE<sup>13</sup>.

Em 27 de fevereiro de 2012, o Programa de Assistência Estudantil da UFMA foi aprovado pela Resolução CONSEPE nº 892 como um “conjunto de ações socioeconômicas e pedagógicas destinadas aos estudantes de cursos presenciais de graduação, de forma articulada com o ensino, a pesquisa e a extensão, de maneira a contribuir para a obtenção de uma formação completa” e com o objetivo de “garantir condições de permanência aos estudantes de graduação presencial no percurso de sua formação”<sup>14</sup>.

No âmbito desta importante ação, a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PROAES - UFMA) foi criada pela Resolução nº 193, de 13 de fevereiro de 2014, com o intuito de melhorar as condições de permanência dos jovens na Universidade Federal do Maranhão e minimizar os efeitos das desigualdades sociais, garantindo a permanência e, conseqüentemente, a conclusão dos cursos de graduação e reduzindo as taxas de evasão e retenção dos alunos naquela IFES.<sup>15</sup>

12 UFMA. **Resolução nº 73-CONSUN, de 2 de fevereiro de 2004.** Adequa a estrutura organizacional da Universidade Federal do Maranhão e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.ufma.br/portalUFMA/arquivo/fkJYLJSPHG-4TUaW.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2021.

13 Id.

14 PRÓ-REITORIA de Assistência Estudantil. **Universidade Federal do Maranhão**, 2012. Disponível em: <<https://slide-todoc.com/universidade-federal-do-maranho-proreitoria-de-assistencia-estudantil/>>. Acesso em: 21 ago. 2021.

15 UFMA investe em projetos e programas de assistência estudantil. **O Imparcial**, 2016. Disponível em: <<https://oimparcial.com.br/cidades/2016/05/ufma-investe-em-projetos-e-programas-de-assistencia-estudantil/>>. Acesso em: 21 ago. 2021.



O processo, idealizado pela Reitoria da UFMA e relatado pela Pró-Reitora de Extensão, professora Marize Aranha, foi apresentado em 22 de outubro, daquele mesmo ano, na Reunião Especial do Conselho Universitário (CONSUN) e aprovado por unanimidade.<sup>16</sup> Alinhada ao Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010<sup>17</sup>, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES<sup>18</sup>, a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PROAES - UFMA) ancora, desde então, o seu compromisso ao Plano Nacional de Educação (PNE – 2014), especialmente no que diz respeito a:

(12.5) ampliar as políticas de inclusão e de assistência estudantil dirigidas aos (às) estudantes de instituições públicas [...], na educação superior, de modo a reduzir as desigualdades étnico-raciais e ampliar as taxas de acesso e permanência na educação superior de estudantes egressos da escola pública, afrodescendentes, e indígenas e de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, de forma a apoiar seu sucesso acadêmico [...]; (12.9) ampliar a participação proporcional de grupos historicamente desfavorecidos na educação superior, inclusive mediante a adoção de políticas afirmativas [...]<sup>19</sup>

Era a materialização de políticas de condições de permanência e conclusão do curso a estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

A matéria publicada no Portal da UFMA, em 11 de dezembro de 2006, reiterava o papel do Núcleo como:

[...] o espaço do estudante da Universidade Federal do Maranhão – UFMA, que tem como função a promoção, integração, assistência, apoio, orientação e assessoramento ao aluno. Suas ações são direcionadas para o incentivo à formação consciente do universitário, propiciando igualdade de oportunidades na permanência e formação acadêmica.<sup>20</sup>

Dizia ainda que, “o Núcleo de Assuntos Estudantis (NAE) da Universidade Federal do Maranhão está mais próximo dos alunos. Agora ele conta com o site [www.nae-ufma.org](http://www.nae-ufma.org), no qual estão disponíveis informações sobre a equipe que o compõe, seus eventos e programas elaborados.”<sup>21</sup>

Uma detalhada nota da Pró-Reitoria de Extensão da UFMA (Proex) sobre as ações

16 HORTEGAL, Sansão. Consun aprova criação da Pró-Reitoria de Assistência Estudantil. **UFMA**, 2014. Disponível em: <<https://portais.ufma.br/PortalUfma/paginas/noticias/noticia.jsf?id=44151>>. Acesso em: 21 ago. 2021.

17 O Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES foi instituído pela Portaria Normativa/MEC nº 39/2007, que posteriormente foi regulamentada pelo Decreto nº 7.234/2010.

18 BRASIL. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm)>. Acesso em: 21 ago. 2021.

19 BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação - Lei nº 13.005/2014**. Disponível em: <<http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>>. Acesso em: 22 ago. 2021.

20 NAE estréia nova página on-line. **UFMA**, 2006. Disponível em: <<https://portais.ufma.br/PortalUfma/paginas/noticias/noticia.jsf?id=1717>>. Acesso em: 22 ago. 2021.

21 Id.

do Núcleo de Assistência Estudantil (NAE) foi divulgada em 25 de agosto de 2009 no site da UFMA. Intitulada “Núcleo de Assistência Estudantil da UFMA”, informava a comunidade acadêmica e “todos os calouros” sobre os programas de assistência estudantil mantidos pelo Núcleo, que naquele mês de junho havia atendido cerca de 390 alunos.<sup>22</sup>

O primeiro Edital do Programa Foco Acadêmico – PROAES – UFMA, ocorreu no ano de 2016 e foi noticiado com grande entusiasmo no portal da PROAES com o título: “Saiu o Edital do Programa Foco Acadêmico!”<sup>23</sup>

Desenvolvido pela Pró-Reitoria de Assistência Estudantil (PROAES) da Universidade Federal do Maranhão, o Projeto Foco Acadêmico – Eixo Ensino, desde sua criação, deixava claro os seus principais objetivos:

DOS OBJETIVOS DO PROGRAMA FOCO ACADÊMICO 2.1. O Programa Foco Acadêmico, de acordo com o estabelecido pelo § 1º do Art. 3º. do Decreto nº 7.234, de 19/07/2010, tem como objetivos: 2.1.1. Incluir os(as) estudantes de graduação presencial, em situação de vulnerabilidade socioeconômica, em atividades de ensino, pesquisa e extensão, favorecendo o desenvolvimento de conhecimentos e habilidades teórico-práticas nas diferentes áreas de conhecimento; 2.1.2. Estimular as atividades de pesquisa e as relações comunitárias nos cursos de graduação por meio da concessão de bolsas de valorização acadêmica; 2.1.3. Dotar os(as) estudantes de conhecimentos e habilidades necessárias para o término dos estudos em nível de graduação a fim de promover sua inserção no mercado de trabalho; 2.1.4. Fomentar experiências metodológicas e práticas docentes inovadoras, que utilizem recursos de tecnologia da informação e da comunicação, e que se orientem para a superação de problemas identificados no processo ensino-aprendizagem dos cursos de graduação.<sup>24</sup>

Aos selecionados nos Editais anuais é destinada uma bolsa mensal, “Bolsa Foco Acadêmico”, no valor de quatrocentos reais, nos termos do Programa Nacional de Assistência Estudantil (Decreto nº 7.234/2010), sendo atendidos, prioritariamente, aqueles oriundos da rede pública de educação básica, ou com renda familiar bruta per capita de até um salário mínimo e meio vigente.

Em junho de 2016, foi lançado o primeiro Edital Foco Acadêmico, então nomeado “Foco Acadêmico: assistência estudantil articulada com ensino, pesquisa e extensão”<sup>25</sup>. A notícia veiculada no site da UFMA<sup>26</sup> dava a conhecer que:

---

22 NÚCLEO de Assistência Estudantil da UFMA. **UFMA**, 2009. Disponível em: <<https://portais.ufma.br/PortalUfma/paginas/noticias/noticia.jsf?id=6319>>. Acesso em: 22 ago. 2021.

23 PINHEIRO, Leticia Rafaelle Gusmão. **Saiu o Edital do Programa Foco Acadêmico**. PROAES. 2016. Disponível em: <<https://portais.ufma.br/PortalProReitoria/proaes/paginas/noticias/noticia.jsf?id=47785>>. Acesso em: 22 ago. 2021.

24 EDITAL para concessão de bolsas do Programa Foco Acadêmico para o período de agosto de 2016 a julho de 2017. Edital PROAES nº 18/2016. **UFMA**, 2016. Disponível em: <<http://www.ufma.br/portalUFMA/edital/QC95uNYtdfrBPpe.pdf>>. Acesso em: 22 ago. 2021.

25 ACAZOUBELO, Aline. PROAES inscreve para bolsas do Programa Foco Acadêmico de assistência estudantil. **UFMA**, 2016. Disponível em: <<https://portais.ufma.br/PortalUfma/paginas/noticias/noticia.jsf?id=47817>>. Acesso em: 22 ago. 2021.

26 FERREIRA, Mallú. Aluno do Programa Foco Acadêmico firmam compromisso e recebem orientações iniciais. **UFMA**,

Os alunos da Cidade Universitária contemplados pelo programa Foco Acadêmico receberam orientações iniciais sobre o projeto de assistência estudantil, que busca oferecer uma oportunidade de imersão nas atividades acadêmicas para o universitário que se encontra em situação de vulnerabilidade econômica. Após participarem de processo seletivo, através do preenchimento de formulário e comprovação de renda, os estudantes foram alocados em diferentes projetos estudantis. A reunião foi a culminância deste primeiro momento do programa, marcada pela entrega dos termos de compromisso dos participantes e direcionamentos sobre seus direitos e deveres, assim como, condições para manutenção da bolsa. A coordenadora do Foco Acadêmico, Elke Trindade Baima, afirmou que o objetivo é oferecer uma oportunidade de assistência estudantil que instigue o aluno a explorar as oportunidades dentro da Universidade. “E para isso, procuramos nos alunos parceiros para o desenvolvimento de projetos de pesquisa e extensão com qualidade”, completou. Também estiveram presentes na reunião o pró-reitor de Assistência Estudantil, João de Deus Mendes, e a diretora do Departamento de Assuntos Estudantis (DAE), Conceição de Maria Belfort. “Estamos confiantes com o programa. O número de inscrições foi um bom retorno do esforço que está sendo dedicado ao Foco Acadêmico”, complementa Conceição. Foram registradas cerca de 1.300 inscrições em todo o Maranhão, para as 300 vagas oferecidas. Desse número, 160 vagas foram ocupadas em São Luís.

No ano seguinte, entre 20 e 22 de junho de 2017, e com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa (FAPEMA), a Pró-Reitoria de Assistência Estudantil da Universidade Federal do Maranhão realizou o I Encontro de Assistência Estudantil do Maranhão, com o tema “O conhecimento transformando realidades”<sup>27</sup>.

A concepção do evento promoveu a difusão da produção científica dos (as) estudantes assistidos pelos programas de assistência estudantil implementados pelas Instituições de Ensino do estado do Maranhão por meio do estímulo ao debate sobre os impactos das políticas de assistência estudantil, da realização de espaços de integração e acolhida aos (às) alunos (as), do incentivo à participação ativa na vida acadêmica, além de divulgar as habilidades artísticas e culturais dos acadêmicos em situação de desigualdade social e econômica.<sup>28</sup>

A programação contou com palestras, mesas-redondas, minicursos, apresentações de trabalhos, relato de experiências dos acadêmicos, documentários e performances artístico-culturais.

Antecedendo o Edital de 2018, o Projeto Foco Acadêmico foi tema da oficina “Elaboração de projetos integradores”, realizada pela Pró-Reitoria de Assistência Estudantil

---

2016. Disponível em: <<https://portais.ufma.br/PortalUfma/paginas/noticias/noticia.jsf?id=48480>>. Acesso em: 22 ago. 2021.

27 O CONHECIMENTO transformando realidades. **Encontro de Assistência Estudantil do Maranhão**, 1. São Luís, 2017. Disponível em: <<https://encontroproaesufma.wixsite.com/encontroestudantilma>>. Acesso em: 25 ago. 2021.

28 CARVALHO, Conceição Belfort et al. (orgs). **Caderno de Resumos do I Encontro de Assistência Estudantil do Maranhão: o conhecimento transformando realidades**. São Luís, 2017. Disponível em: <[https://32d80e45-1338-4ede-b320a506c0fcdc09.filesusr.com/ugd/87e58e\\_75b6de509b0b42b4ba6105174aac8fca.pdf](https://32d80e45-1338-4ede-b320a506c0fcdc09.filesusr.com/ugd/87e58e_75b6de509b0b42b4ba6105174aac8fca.pdf)>. Acesso em: 25 ago. 2021. p. 6.

(PROAES) e destinada aos professores da UFMA interessados em submeter projetos no eixo Ensino do Projeto Foco Acadêmico.<sup>29</sup>

O Relatório de Gestão no exercício daquele ano, ou, o Relatório de Gestão e Prestação de Contas da Universidade Federal do Maranhão, referente ao ano de 2018, feito em cumprimento às determinações do Tribunal de Contas da União – TCU<sup>30</sup>, dedicou algumas páginas a tratar das Ações, Objetivos, Metas e Resultados do Exercício da PROAES esclarecendo que os recursos oriundos do Programa Nacional de Assistência Estudantil foram aplicados nas seguintes áreas de atuação: Auxílio Moradia Estudantil, Auxílio Alimentação, Auxílio Transporte, Auxílio Emergencial, Auxílio Acadêmico, Auxílio Participação em Evento, Bolsa Aprimoramento Acadêmico/UFMA, Bolsa Permanência MEC, Projeto Curso de Estudos de Idiomas, Bolsa PROMISAES e Bolsa Foco Acadêmico.

Foi ainda no ano de 2018 que a PROAES – UFMA lançou o Edital nº 29, com vistas a uma consulta pública sobre o texto da Minuta do Regulamento do Programa de Permanência Estudantil nos cursos de graduação da Universidade Federal do Maranhão.<sup>31</sup>

O período de realização da consulta pública ocorreu de 13 de julho a 31 de agosto e a coleta de contribuições deu-se por meio de um questionário disponível no SIGAA – UFMA. A redação final das contribuições feitas na referida consulta pública destacou, no Art. 6º do Capítulo III “Das Dimensões”<sup>32</sup>, o Foco Acadêmico como uma das dimensões articuladas do Programa de Permanência Estudantil (PPE) – UFMA:

§1º O Foco Acadêmico é concebido como uma estratégia didático-pedagógica que complementa a formação do estudante, desenvolvido por meio de ações de aprimoramento acadêmico mediante a sua participação em projetos integradores, projetos de pesquisa, de extensão, artístico-culturais e das vivências acadêmicoprofissionais em setores da UFMA, inter-relacionadas às grandes áreas do saber, aos processos de investigação, teorização e intervenções técnico-científicas e socioculturais.

Já em contexto da pandemia (SARS-COV-2 /COVID-19), a Diretoria de Tecnologias na Educação da Universidade Federal do Maranhão (DTED/UFMA), por meio do Projeto “EAD para Você”, transmitiu, em 28 de setembro de 2020, o webinar “Assistência Estudantil

29 MELO, Lucas. Projeto Foco Acadêmico é apresentado em oficina para professores da UFMA. **UFMA**, 2018. Disponível em: <<https://portais.ufma.br/PortalUfma/paginas/noticias/noticia.jsf?id=51663>>. Acesso em: 25 ago. 2021.

30 RELATÓRIO de Gestão 2018. **UFMA**, 2018. Disponível em: <<http://www.ufma.br/portalUFMA/arquivo/E0IDdFRjsuN-QFtt.pdf>>. Acesso em: 25 ago. 2021.

31 De acordo com o Portal do Ministério da Educação e Cultura – MEC, o Programa de Permanência Estudantil é “uma política pública voltada a concessão de auxílio financeiro aos estudantes, sobretudo, aos estudantes quilombolas, indígenas e em situação de vulnerabilidade socioeconômica matriculados em instituições federais de ensino superior e assim contribuir para a permanência e a diplomação dos beneficiados”. (BOLSA Permanência – Apresentação. **Ministério da Educação**, c2018. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/programa-bolsa-permanencia>>. Acesso em: 25 ago. 2021.)

32 REDAÇÃO final das contribuições feitas em consulta pública (Edital nº 29/2018 – PROAES – UFMA) sobre o texto da minuta de regulamento do Programa de Permanência Estudantil nos cursos de graduação da Universidade Federal Do Maranhão – UFMA. **Portal UFMA**, 2018. Disponível em: <<http://www.ufma.br/portalUFMA/resultadogV5kc4WQ8G-TD0bR.pdf>>. Acesso em: 25 ago. 2021.

da UFMA: programas, avanços e conquistas recentes para os discentes”, apresentado pelo Prof. Dr. Leonardo Silva Soares, Pró-Reitor da Pró-Reitoria de Assistência Estudantil – PROAES/UFMA, que destacou os programas, projetos, serviços e ações que promovem a Assistência Estudantil na Universidade Federal do Maranhão.<sup>33</sup>

Não há como deixar de pontuar o fato da pandemia ter intensificado as disparidades entre os estudantes, seja a ausência de ambiente adequado para o estudo, a falta de apoio da família, a necessidade de muitos em buscar trabalho a fim de contribuir na renda da casa, pela perda do emprego de seus entes. Some-se os problemas de saúde mental desencadeados pelas incertezas e desafios impostos e que colocaram em xeque a permanência de muitos em seus cursos.

O artigo “O direito à assistência estudantil: um alerta diante da pandemia da COVID-19”, publicado na página da União Nacional dos Estudantes – UNE, trata acerca disso:

Para garantir que a Universidade cumpra seu papel transformador na sociedade, permitindo reverter o crescente quadro de desigualdade social no Brasil, é fundamental a manutenção e ampliação das políticas de Assistência Estudantil. É preciso efetivá-las em articulação com atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão, com foco principal na Permanência. Não podemos em meio à pandemia deixar os estudantes em vulnerabilidade para trás, mas sim priorizá-los, a fim de prevenir um movimento de evasão em massa nas universidades públicas.<sup>34</sup>

Observa-se, assim que o artigo reafirma a imperativa necessidade da continuidade de políticas já conquistadas, como as desenvolvidas pela PROAES – UFMA, das quais destacamos o Foco Acadêmico – Eixo Ensino.

## **PROJETO FOCO ACADÊMICO – EIXO ENSINO (UFMA): EXPERIÊNCIAS NO CAMPO DA HISTÓRIA**

Participante nos anos de 2019 e 2020 do Projeto Foco Acadêmico – Eixo Ensino (PROAES – UFMA), apresentamos a seguir, os dois Subprojetos de História sob a coordenação da Professora Marize Helena de Campos: “Brinquedos que contam histórias: elementos para um ensino-aprendizagem, humano, criativo e dialogal” e “ABNCC e o Ensino de História. Fundamentos necessários aos futuros Professores”. Em ambos, a participação de alunos bolsistas foi decisiva para o satisfatório desenvolvimento dos Projetos.

---

33 EAD para você. Webinarário – Assistência Estudantil da UFMA. YouTube, 28 set. 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=wieGNzBqQHI>>. Acesso em: 25 ago. 2021.

34 FERREIRA, Diego Carlos; ROSA, Thais Rita Silva. O direito à assistência estudantil: um alerta diante da pandemia da COVID-19. **União Nacional dos Estudantes**, 2020. Disponível em: <<https://www.une.org.br/noticias/o-direito-a-assistencia-estudantil-um-alerta-diante-da-epidemia-da-covid-19/>>. Acesso em: 25 ago. 2021.

## BRINQUEDOS QUE CONTAM HISTÓRIAS

“Brinquedos que contam histórias: elementos para um ensino-aprendizagem, humano, criativo e dialogal”, foi o subprojeto contemplado no EDITAL UFMA – PROAES N° 13/2019 Foco Acadêmico – Eixo Ensino.

Justificativa: Um dos mais recorrentes argumentos de alunos em diversos anos do ensino Fundamental e Médio é que “estudar História é chato e sem propósito”. Por outro lado, muitos são os professores que reclamam de alunos desmotivados e desatentos e de conteúdos dissonantes do universo significativo e identitário das crianças e adolescentes. Tal fato decorre, em larga medida, de uma educação conservadora e de um ensino pautado em conteúdos repassados com a imperativa preocupação de aprová-los para o ano seguinte, resultando em uma aprendizagem pouco ou nada significativa, a qual rapidamente torna-se esquecida e sem nenhuma relação com sua vida e visão de mundo.

Tomando, nesse caso, a disciplina História como componente curricular, a intenção foi identificar percursos possíveis e instrumentais criativos, com vistas a contribuir para um ensino-aprendizagem, que possibilitem aos alunos perceberem-se, a si próprios e os membros de sua família, como sujeitos históricos, transformadores e construtores da sociedade e sua própria realidade. Ao conceber a história como construção derivada de conhecimento e prática social que redimensiona e instiga relações entre passado e presente, acreditamos que o conhecimento encontra significação em elementos fora da “caixa dos padrões” como, por exemplo, os brinquedos e os saberes da infância.

Sabemos que o brincar é uma manifestação eminentemente humana que se constrói a partir do contexto sociocultural no qual o sujeito está inserido. Assim, os brinquedos e brincadeiras sempre existiram na história da Humanidade, porém, com construções e até conotações diversas. Nesse sentido, a pesquisa em causa pretendeu revisitar os brinquedos que os avós tinham e brincavam quando crianças e ali encontrar capítulos de uma importante história, mas ainda pouco evidenciada, qual seja, a história de idosos e sua infância com os brinquedos. Observando os brinquedos, Walter Benjamin provoca-nos a perceber a “complexidade das coisas simples” e a buscar elementos do contexto social que se materializam nos fragmentos do cotidiano. Os brinquedos podem ser uma janela aberta para outro tempo, no qual podemos conhecer histórias dos nossos antepassados e nelas muito da nossa própria identidade.

Entendemos que, a cada etapa da história forjam-se subjetividades próprias, pertencentes à cultura que se consolida no tempo e no espaço. Brincando, a criança traz consigo traços do seu imaginário, e seus brinquedos são produto da cultura material da sociedade que a gerou. Enquanto ela crê, sonha, deseja, fantasia, inventa a partir de seu mundo significativo, o brinquedo vai acompanhando as transformações que estão ocorrendo no mundo. As bonecas (de palha, barro, madeira, osso, pedra), as bolas, as

miniaturas aparecem nos mais antigos povos do mundo, depositadas nos túmulos, nas ruínas de cidades, nas escavações arqueológicas.

Essa forma de percepção traduz a perspectiva da produção do conhecimento histórico proposto neste projeto que se alia a tese *foucaultiana* da “arqueologia do saber”, em que as fontes são reunidas por meio de uma ampla coleta de informações, neste caso, sobre os brinquedos e suas mais diversas manifestações. Não obstante, outros elementos foram abordados, dentre eles: o surgimento da noção de infância e a tradição do brinquedo popular no Brasil.

À vista disso, os sujeitos históricos imperativos neste estudo foram os “mais velhos” do círculo familiar ou afetivo, uma vez que foram os entrevistados para revisitarem sua infância e ali seus brinquedos e brincadeiras.

Algumas questões balizaram a investigação. Uma pessoa pode ser uma fonte? Nesse sentido, destacam-se aspectos conceituais sobre História. O que é história? Como se faz a história? Qual a base das informações para fazer história? O conceito adotado é o do historiador Marc Bloch que afirma: “a história é a ciência do homem no tempo”. Sendo assim, não teriam nossos pais, avôs, enfim, nossos antepassados, feito história também? Some-se a isso a oportunidade para os alunos conhecerem a importância e as diferentes fontes de pesquisa sobre o tema: o relato dos “mais velhos”, livros, filmes, reproduções de arte, mapas, postais, fotos, entre outras.

Isso implicou, para professor e aluno – bolsista, sensibilidade, reinvenção e coragem<sup>35</sup>.

Em síntese, a finalidade do projeto “Brinquedos que contam histórias: elementos para um ensino-aprendizagem, humano, criativo e dialogal” foi, como o próprio título sugere, uma proposta de intersecção entre possibilidades criativas de ensino e aprendizado de História do qual decorreram conhecimentos e com eles, a reflexão, a participação e o despertar de consciências. A ideia foi transpor o modelo de aulas pautado em formas tradicionais de ensino e aprendizagem que privilegiam a memorização em detrimento da compreensão da história do mundo e suas relações com a sua própria história.

O rol dos objetivos contemplou como objetivo geral: contribuir para a formação de futuros docentes capazes de criar situações onde os alunos sejam estimulados a pensar e problematizar os fatos históricos, seus conceitos e reflexos na sociedade utilizando métodos e técnicas que criem oportunidades para a formação de cidadãos críticos, donos de seu próprio pensar ativo e como objetivos específicos: possibilitar ao(s) discente(s) bolsista(s) perceber(em) outros sujeitos históricos para além dos comumente apresentados, sujeitos

---

35 “O correr da vida embrulha tudo, a vida é assim: esquentada e esfria, apertada e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta. O que ela quer da gente é coragem. O que Deus quer é ver a gente aprendendo a ser capaz de ficar alegre a mais, no meio da alegria, e ainda mais alegre ainda no meio da tristeza! Só assim de repente, na horinha em que se quer, de propósito – por coragem. Será? Era o que eu às vezes achava. Ao clarear do dia.” (ROSA, João Guimarães. **Grande Sertão**: Veredas. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, Biblioteca Luso-Brasileira, 1994. Série Brasileira. Volume II. p. 449.)

históricos transformadores e construtores da sociedade e sua própria realidade a partir de novas formas de (re)conhecer e (re)pensar o passado; conhecer e difundir o patrimônio cultural lúdico da infância ludovicense; resgatar brinquedos infantis maranhenses e contribuir para que essas tradições não desapareçam; conhecer e compreender a origem dos brinquedos e brincadeiras, assim como sua localização; relacionar a forma de brincar com a situação social, ambiental, cultural e tecnológica de vários períodos da história; valorizar aspectos da realidade local e conseqüentemente aprendendo mais sobre história.

O aporte teórico do projeto assentou-se nos estudos do historiador Philippe Ariès, que trata das diferentes visões de infância ocorridas ao longo da história, partindo da ideia de que até o fim do século XVIII não havia conhecimento de nenhuma concepção teórica que afirmasse que a criança era um ser social distinto. Como consequência dessa visão, os brinquedos eram produzidos dentro de casa, pelas próprias famílias ou então nas oficinas de artesãos como marceneiro, caldeiro, fabricantes de vela, entre outros.

No brinquedo é possível alcançar aspectos da dimensão histórica e cultural tanto dos comportamentos quanto dos contextos culturais em que estão postos, em outras palavras, relações entre infância e imaginário. Hanah Arendt, trata esta relação como o modo mais vívido e apropriado de comportamento da criança no mundo, por ser a única forma de atividade que brota espontaneamente de sua existência como criança.

A ideias de Michel Foucault sobre o método arqueológico também serviram de referência para a pesquisa. Foucault definiu como método arqueológico os procedimentos que o levaram construir seu pensamento filosófico. Suas pesquisas sobre a história dos sistemas de pensamento, expostas na obra *As palavras e as coisas – uma arqueologia das ciências humanas*, igualmente constituíram as bases das ideias que perpassaram este subprojeto. Isso porque, o filósofo define o objeto de estudo do campo arqueológico como sendo constituído por uma série de séries, seus recortes, por seus limites, suas defasagens, suas especificidades cronológicas, suas formas singulares de permanência e seus tipos possíveis de relação em permanente dispersão. Foucault investiga o mundo a partir do método arqueológico como meio de análise cuja principal função não é interpretar textos ou documentos, e sim organizar registros, dividi-los, distribuí-los, ordená-los, estabelecendo séries, descobrindo novos elementos.

Flávia Caimi, integrou este rol ao suscitar pertinentes provocações conquanto aos conteúdos e suas superficialidades, quantidades e extensões em detrimento do raciocínio, da construção e da descoberta do conhecimento histórico.

Demerval Saviani foi teórico basilar para este projeto, ao refletir sobre uma política educacional pautada na humanização da educação em contraposição à educação enquanto mercadoria. Por fim, Ecléa Bosi, que analisa o discurso de idosos através da reconstrução da sua memória familiar e grupal, como também sua inserção na sociedade, utilizando teóricos que trabalham com a temática História, Memória e Sociedade.



Metodologicamente, o ponto de partida foi uma reflexão sobre as origens do brinquedo e a tradição do brinquedo popular no Brasil, ou seja, um panorama histórico do “brinquedo”. A segunda parte do projeto consistiu em estabelecer um “mapa” dos alunos sobre os “mais velhos” do seu entorno relacional, vivos e moradores em São Luís e, a partir de então, uma conversa com esses alunos para explicar o projeto e elencar aqueles que estão dispostos a participar da pesquisa.

Com o aceite dos alunos, foi realizado um minicurso de 4h, com a finalidade de apresentar a história dos brinquedos e a importância desses artefatos para um melhor (re)conhecimento de aspectos da nossa própria história e identidade cultural. Em outras palavras, o saber histórico manifestado nos brinquedos, que assume aqui a função de documento histórico. Dessa forma, promoveu-se um exercício do conhecimento histórico em direta conexão com a própria realidade vivenciada.

Nesta etapa foi feita, com os alunos, uma análise da obra *Jogos Infantis*, do pintor Pieter Bruegel. Nesta obra, particularmente importante para o subprojeto em tela, o pintor representa um grande número de jogos e atividades lúdicas do século XVI, sendo muitos deles identificáveis, ainda usados até os dias de hoje. Com as bases teóricas fornecidas, a pesquisa teve início com as conversas entre alunos e seus “mais velhos”, registradas em cadernos de campo e dialogadas no grupo da escola (Professor, bolsista e alunos) a cada 15 dias para a sistematização das informações.

Ao longo do trabalho, emergiram dados sobre as brincadeiras de infância e relação com a natureza em casos contados e que ficaram guardados na memória dos entrevistados. Assim, resultado deste projeto, os alunos aprenderam sobre a história de sua família, da sua comunidade e outras realidades que não vivenciaram em um exercício da empatia e diálogo com acolhimento e valorização da história de indivíduos, seus saberes, identidades e aspectos culturais.

Dois artigos, em diálogo com o tema proposto, foram produzidos pelos bolsistas do subprojeto, Ana Paula Rodrigues e Matheus Pinheiro.

O artigo da aluna-bolsista Ana Paula Rodrigues da Silva, intitulado “Reflexões sobre práticas pedagógicas como fontes mediadoras da aprendizagem ao estudante com deficiência: um diálogo com a história”, recentemente publicado na Revista Querubim – revista eletrônica de trabalhos científicos nas áreas de Letras, Ciências Humanas e Ciências Sociais – Ano 17 –nº. 44 –Vol. 04. – junho/2021 ISSN 1809-3264<sup>36</sup>, trata de de práticas pedagógicas voltadas para o ensino de História, em escolas de ensino regular, e a necessidade de novas abordagens e metodologias para a coerente inclusão de alunos com algum tipo de deficiência. O artigo também traz uma discussão sobre objetos e brinquedos

36 SIQUEIRA JUNIOR, Etevaldo Alves de; SILVA, Ana Paula Rodrigues da. Reflexões sobre práticas pedagógicas como fontes mediadoras da aprendizagem ao estudante com deficiência: um diálogo com a história. Revista Querubim, v. 4, n. 44 (2021). p. 33-38. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/querubim/issue/view/252>>. Acesso em: 22 ago. 2021.

em sala de aula como recursos indispensáveis no processo de construção do conhecimento, por ligar-se diretamente à ludicidade, que para o estudante com deficiência reveste-se de elemento significativo para a assimilação e melhora da sua aprendizagem.

Já o artigo final do aluno-bolsista Matheus Silva Pinheiro, intitulado “Cultura, sociedade e educação: uma viagem lúdica pela história dos brinquedos e brincadeiras” reflete como os brinquedos carregam consigo camadas de histórias e perspectivas de mundo dos “pequenos” sujeitos históricos para com o momento em que estão vivendo. Inspirado em leituras de Walter Benjamin e Rita Marisa Ribes Pereira, o texto busca alcançar aspectos da história através dos brinquedos, suas criações e usos.

Além dos artigos finais, os bolsistas participaram em eventos e minicursos convergentes aos objetivos do subprojeto confirmando e correspondendo ao intuito maior do Programa Foco Acadêmico, qual seja: possibilitar, aos(as) estudante em situação de vulnerabilidade socioeconômica, experiências em projetos no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão, a fim de contribuir com o fortalecimento de sua formação acadêmico-profissional.

## **A BNCC E O ENSINO DE HISTÓRIA**

Também em contexto de pandemia (SARS-COV-2 /COVID-19), o subprojeto “A BNCC e o Ensino de História. Fundamentos necessários aos futuros Professores” foi submetido e contemplado no EDITAL UFMA – PROAES N° 20/2020 Foco Acadêmico – Eixo Ensino e que apresentamos a seguir.

Justificativa: Um dos mais recorrentes argumentos de alunos em diversos anos do ensino Fundamental e Médio é que “estudar História é chato e sem propósito”. Por outro lado, muitos são os professores que reclamam de alunos desmotivados e desatentos e de conteúdos dissonantes do universo significativo e identitário das crianças e adolescentes. Tal fato decorre, em larga medida, de uma educação conservadora e de um ensino pautado em conteúdos repassados com a imperativa preocupação de aprová-los para o ano seguinte, resultando em uma aprendizagem pouco ou nada significativa, a qual rapidamente torna-se esquecida e sem nenhuma relação com sua vida e visão de mundo. A finalidade do subprojeto foi, como o próprio título sugere, uma proposta de conhecimento e reflexão crítica acerca do conteúdo da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), especialmente no que diz respeito ao componente curricular História e suas aplicações no Ensino Fundamental e Médio.

De acordo com o Ministério da Educação – MEC, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas

e modalidades da Educação Básica<sup>37</sup>, ou seja, é o documento que define os direitos de aprendizagens de todo aluno e aluna do Brasil.

Desdobramento de vários anos de debates, sua versão final foi homologada pelo Ministério da Educação (MEC) em 20 de dezembro de 2017 para as etapas da Educação Infantil e Ensino Fundamental e em 14 de dezembro de 2018 para a etapa do Ensino Médio. Em outras palavras, desde a sua implementação, a Base é o instrumento nuclear e norteador do Ensino brasileiro, não apenas para a construção dos currículos, mas para a elaboração e revisão das propostas pedagógicas, políticas para formação de professores, elaboração de materiais didáticos e avaliações.

Cumprir ressaltar que, desde o processo de sua elaboração até a implantação, a discussão gerada em torno do texto da BNCC em um todo, mas especialmente no âmbito do componente curricular de História, trouxe uma grande contribuição, ao deixar claro que era preciso abandonar a pretensão, ou a ilusão, de abarcar “toda a História” na Educação Básica.

No que diz respeito ao campo da História, de acordo com a Base, é preciso transformar a história em ferramenta a serviço de um discernimento maior sobre as experiências humanas e das sociedades em que se vive. Ou seja, os alunos não devem apenas aprender sobre os fatos de maneira aleatória, distante e descontextualizada, principalmente, do presente. Considerando tal pontuação, entendeu-se imprescindível que se conhecesse e se refletisse os pormenores, o conteúdo e a aplicabilidade da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), fundamentalmente para o graduando que em breve estará em sala de aula como Professor. Isso porque, para assegurar os direitos de aprendizagem dos estudantes da Educação Básica, a Base foi estruturada em competências.

Daí os questionamentos trabalhados neste subprojeto: O que são consideradas competências para o Ensino de História? Por que ensinar história? Como e o que ensinar? Em última instância, o que é a BNCC? Questionamentos que os alunos da graduação em História devem fazer e encontrar respostas.

Embora o Projeto Político Pedagógico do Curso de História da UFMA (PPP – UFMA) date de 2014, portanto quatro anos antes da implementação da BNCC, o documento aponta no item 8.2 “Competências e Habilidade do Licenciado em História”, de maneira bastante clara, o que se espera da formação do licenciado em História por esta Universidade. Não restam dúvidas que, mesmo construído em anos anteriores a elaboração da BNCC, o PPP – História – UFMA coaduna-se com o que mais tarde seria apresentado pela BNCC, ao estabelecer como premissas ao futuro licenciado em História pela Universidade Federal do Maranhão:

---

37 BASE Nacional Comum Curricular. **Ministério da Educação**, [s.d.]. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>>. Acesso em: 28 ago. 2021.

· Dominar os métodos do processo de ensino-aprendizagem no Ensino Fundamental e Médio. · Dominar métodos e técnicas pedagógicas que permitem a transmissão do conhecimento para os diferentes níveis do ensino. · Desenvolver uma prática educativa capaz de intervir no sistema de relações sociais. · Transformar o fazer pedagógico em objeto de reflexão teórica. · (Re)significar continuamente os conteúdos de ensino e a prática pedagógica, contextualizando-os em situação real. · Transformar o conhecimento social e historicamente produzido em saber escolar, a partir da experiência dos alunos. · Analisar situações referentes à docência e às relações interpessoais nelas implicadas, com distanciamento e atitude profissional necessários à sua compreensão e à eficácia da intervenção. · Construir com os alunos, relações interpessoais favoráveis à aprendizagem. · Estabelecer relações de parceria com os diversos subsistemas que compõem a comunidade educativa (professores, pais, funcionários, gestores, etc.), promovendo intercâmbios produtivos e criativos. · Fundamentar decisões didático-pedagógicas em sólidos pressupostos epistemológicos e educacionais e técnicos. · Planejar e implementar situações didáticas promotoras de aprendizagem e do desenvolvimento dos alunos, avaliando-as de forma eficaz e mobilizando conhecimentos das áreas/disciplinas objeto de ensino, dos contextos sociais imbricados na aprendizagem, bem como das especificidades didáticas envolvidas. · Gerir a organização da dinâmica educativa por meio de uma relação de autoridade, respeito, confiança, e por meio de diferentes e flexíveis formas de organização do tempo e do espaço. · Analisar a própria prática e rever as ações nela desenvolvidas, ressignificando permanentemente à luz do conhecimento produzido e configurando-a como processo de pesquisa. · Comunicar-se de forma clara e precisa, interpretando e fazendo uso de diferentes formas de linguagem. · Trabalhar em equipe e contribuir no processo de elaboração, desenvolvimento e avaliação do projeto pedagógico da instituição em que atua, intervindo em diferentes contextos na prática profissional, promovendo e fortalecendo processos de mudança. · Interagir com os docentes das diferentes áreas de conhecimento, articular na atividade docente, a contribuição de diferentes áreas de conhecimento. · Identificar, analisar, selecionar, produzir e utilizar metodologias, estratégias, tecnologias e materiais diversificados e atualizados em diferentes situações de ensino-aprendizagem. · Planejar e implementar estratégias e instrumentos diversificados de avaliação de aprendizagem do aluno e formular/desenvolver propostas de intervenção com base no diagnóstico realizado.<sup>38</sup>

A BNCC traça seus encaminhamentos na mesma direção. Assim, o que se constatou foi a necessidade de conhecer o documento de forma mais detida, pois a BNCC não alterou apenas o conteúdo como também o papel do professor em sala de aula, ao sair de cena o detentor único do saber e entrar o mediador, o tutor, aquele que mostra caminhos, orienta e auxilia o aluno trilhar a sua via na construção do conhecimento.

Não é mais possível desviar o olhar de algo que se faz concreto sob pena de formarmos futuros professores despreparados para a realidade escolar que os espera. Em outras palavras, os professores de História são chamados a fomentar a consciência histórica de seus estudantes, por meio do ensino e da pesquisa, lançando mão de métodos

38 PROJETO Político Pedagógico. Curso de História. Licenciatura. DEHIS/CCH, 2014. Disponível em: <[https://sigaa.ufma.br/sigaa/public/departamento/documentos.jsf?id=850&lc=pt\\_BR](https://sigaa.ufma.br/sigaa/public/departamento/documentos.jsf?id=850&lc=pt_BR)>. Acesso em: 28 ago. 2021.

engajadores de ensino, isto é, de fundamentos da didática da história que construam e fortaleçam elos de ligação e interação entre professor – estudante – conhecimento.

Nesse sentido, este projeto propôs um adentrar na BNCC e, com olhar crítico, observar os seus elementos principais.

A formação de professores, evidentemente, tem que ter maior foco na realidade, sendo contextualizada para ensinar de forma significativa, a construir elementos que auxiliem, como preconiza a BNCC, elementos que orientam e preparam os educandos para resolver problemas, posicionando-se de forma pautada e esclarecida em relação a eles, sendo criativos para buscar soluções fora de regras ou modelos previamente preparados que devem apenas copiar, sabendo trabalhar em equipe, de modo cooperativo, atuando sempre de forma ética e cidadã.<sup>39</sup>

Tratou-se, portanto, de uma questão nodal em relação à preparação inicial dos futuros professores. Questão que julgamos fundamental no sentido de uma formação que possibilite ao graduando o exercício uma ação-reflexiva sobre ferramentas que incidirão diretamente sobre a sua prática.

Possibilitar o conhecimento, estudo e análise da BNCC nos aspectos do Ensino de História foi, senão, uma forma de contribuir concretamente para a formação de futuros professores conscientes e sabedores do que os espera quando assumirem suas salas de aula e suas realidades bem como das possibilidades de instrumentalização para a elaboração e encaminhamento satisfatório de suas aulas.

Objetivo Geral e Objetivos Específicos: (Geral) Conhecer a estrutura e o conteúdo da BNCC, especialmente no que se refere a História enquanto componente curricular e, assim, contribuir para a formação de futuros docentes capazes de criar situações onde os alunos sejam estimulados a pensar e problematizar os fatos históricos, seus conceitos e reflexos na sociedade utilizando métodos e técnicas que criem oportunidades para a formação de cidadãos críticos, donos de seu próprio pensar ativo. (Específicos) Entender o que é currículo fundamentado em competências e como identificar estratégias para avaliação; identificar quais ferramentas e métodos podem ser utilizados para o desenvolvimento da BNCC com os métodos ativos nas aulas História; conseguir estruturar um planejamento de aula de História alinhado à BNCC; reconhecer os “pontos negativos”, brechas e silenciamentos da BNCC e saber contorná-los.

Como aporte teórico foram utilizadas obras de referenciados intelectuais e pensadores que permitiram, a partir de suas teses e concepções um adensamento das reflexões propostas no Projeto e dos conceitos que o permearam:

Demerval Saviani. Elegemos este educador, pois para Saviani educação é sinônimo

---

39 MACHADO, João Luís de Almeida. A BNCC e a formação de professores. **Planeta Educação**, 2018. Disponível em: <<https://www.plannetaeducacao.com.br/portal/formacao-continuada/a/78/a-bncc-e-a-formacao-de-professores>>. Acesso em: 28 ago. 2021.

de humanização. De acordo com Saviani (1991), a natureza humana é produzida pelo homem e a educação é a transformação. Em uma visão ampla e abrangente, para Saviani é preciso entender que a Escola oportuniza tal transformação a partir de uma pedagogia histórico crítica.

Paulo Freire. Por todas as motivações pedagógicas, intelectuais e educacionais preconizadas por este pensador, o elegemos para nortear este Projeto. Destacadamente, para Freire (1982, p.43) toda educação deve basear-se “[...] nos homens como corpos conscientes, e na consciência como consciência intencionada ao mundo. Não pode ser a do depósito de conteúdos, mas a da problematização dos homens em suas relações com o mundo.” A escola é, por este princípio, um espaço dialógico de crescimento mútuo do professor e dos alunos, movidos e motivados por um processo de conscientização.

Não poderíamos deixar de apoiar os encaminhamentos sugeridos neste Projeto nas balizas teóricas de Maria da Graça Nicoletti Mizukami (1986)<sup>40</sup> já que, assertivamente, retoma a visão de Piaget sobre educação, na qual o objetivo da educação não é a mera transmissão de verdades, informações, demonstrações, modelos, mas sim a criação de possibilidades para que o aluno aprenda por si próprio a conquistá-las.

Metodologicamente, o ponto de partida foi uma reflexão sobre o processo histórico educacional que se consolidou na BNCC, ou seja, um panorama histórico da Base Nacional Curricular até a sua implementação. Por estarmos atravessando este momento de Pandemia do COVID – 19 este projeto foi pensado para ser desenvolvido de forma remota via Google Meet. Para tanto, ao longo dos meses foram feitas discussões sobre a BNCC, com ênfase aos aspectos introdutórios, tais como o percurso histórico que se constituiu até sua publicação, sua estrutura, as dez competências gerais, a relação entre a BNCC, o currículo e o Proposta Pedagógica ou Projeto Político Pedagógico, os temas contemporâneos, e os específicos que envolve a Educação Infantil e os Anos Iniciais do Ensino Fundamental, destacadamente no que se refere ao Ensino de História. Além das discussões, foram disponibilizadas videoaulas, textos, sugestões de atividades e leituras para estudos.

Este Projeto, promoveu um inesperado, mas profícuo, encontro das áreas de História e Psicologia com a participação dos bolsistas Joabe da Silva Nascimento, do Curso de História e Esthefany de Sousa Borges, do Curso de Psicologia, possibilitando a interação, o diálogo e a troca de saberes desses diferentes e dialógicos campos das Ciências Humanas reforçando a importância do Programa no que se refere à sua dimensão acadêmica para a formação discente.

Da participação do estudante bolsista de História, Joabe Nascimento, resultou não só o artigo “O Ensino de História e a Base Comum Curricular – BNCC: uma abordagem sobre a Inquisição em sala de aula”, mas na definição do tema de seu TCC, o que reafirme a

---

40 MIZUKAMI, Maria da Graça Nicoletti. **Ensino**: as abordagens do processo. São Paulo: EPU, 1986.

dimensão e seriedade do Programa e dos subprojetos. O artigo debruçou-se sobre o ensino de História da Inquisição, a partir do processo inquisitorial movido contra Maria da Encarnação, um processo alocado na base digital da Torre do Tombo sob o código de referência PT/TT/TSO-IL/028/01826 e as competências e habilidades do componente curricular constantes na BNCC.

Estruturalmente, o texto inicia delineando aspectos do processo de criação e os desdobramentos da BNCC e que culminaram em sua versão final, homologada pelo Ministério da Educação em 2018. A seguir, especifica detalhadamente as partes referentes ao componente de História finalizando com o processo inquisitorial em questão relacionando – o com as competências e habilidades correspondentes. Segundo recomenda a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), os professores de História precisam ser capazes de pensar fatos históricos, entrelaçando-os à realidade dos alunos e auxiliando na construção de elementos que possam trazer ao conhecimento significado. Além disso, precisam estar preparados para resolver problemas e, ou, conflitos, posicionando-se de forma consciente, tranquila e esclarecida quando, e se, ocorrerem, sendo criativos e sensíveis na busca de soluções e atuando sempre pautados na ética e cidadania.

O artigo mostra, ainda, como o uso de fontes históricas em sala de aula, a exemplo do processo de Maria da Encarnação, reveste-se de grande importância para a construção do conhecimento histórico a partir da problematização dos mesmos, não como simples ilustrações, mas discutidos e analisados. Todos os documentos, assim como o processo de Maria da Encarnação, devem ultrapassar a complementaridade dos conteúdos, daí a importância da análise crítica da BNCC, instigando os alunos sobre os conteúdos estudados e retirando-os da apatia e da visão de simples “curiosidade”, que nada significa.

A participação da estudante bolsista, de Psicologia, Esthefany Borges, foi igualmente rica e com importante perspectiva interdisciplinar com a troca de saberes entre a História e a Psicologia.

Ao longo do desenvolvimento do projeto, a abordagem foi se definindo no sentido do olhar e alcance voltados especialmente para as competências socioemocionais evidenciadas na BNCC. Para além disso, a sugestão feita pela bolsista para a leitura do livro “A dimensão subjetiva do processo educacional: uma leitura sócio-histórica”<sup>41</sup>, coordenado por Ana Mercês Bahia Bock e Wanda Maria Junqueira de Aguiar.

A leitura dos capítulos 1, “A perspectiva sócio-histórica: uma possibilidade crítica para a Psicologia e para a Educação”; 2, “A dimensão subjetiva: um recurso teórico para a Psicologia da Educação”; 10, “A dimensão subjetiva da desigualdade social no processo de escolarização” e 11, “Significações sobre escola e projeto de futuro em uma sociedade desigual” foram de significativa importância, pois tornaram ainda mais clara, profunda e próxima a interlocução entre as duas áreas a partir do objeto proposto pelo projeto.

41 AGUIAR, Wanda Maria Junqueira de.; BOCK, Ana Mercês Bahia (Org.). A dimensão subjetiva do processo educacional: uma leitura sócio histórica. São Paulo: Cortez, 2016

Ao apresentar o seu artigo final, intitulado “O Desenvolvimento do Aluno: um diálogo entre Lev Vygotsky, Ana Bock e Azemar Júnior”, a estudante apontou que a escolha pela temática do desenvolvimento do aluno e seus fatores psicológicos, educacionais e sociais, foi motivada a partir da necessidade de entender aspectos cruciais que agregam a recepção de conhecimentos pelo ser que aprende.

A fim de embasar a pesquisa, pautou sua abordagem nas concepções de desenvolvimento de Vygotsky (1991) sobre a importância do educador na maturação das funções do ser que aprende, em Aguiar e Bock (2016) no alcance da importância do educador enquanto facilitador no desenvolvimento do aluno e na importância de considerar a dimensão subjetiva do sujeito, sem invisibilizar aspectos como as disparidades presentes na realidade brasileira e Júnior (2019) para refletir o papel do professor de História, como facilitador, de fazer sua aula “fazer sentido” através do toque da sensibilidade do aluno, uma vez que o conhecimento histórico pode ser ensinado por meio da estimulação da imaginação, criatividade e sensibilidade de quem está em processo de aprendizado.

Ao encerrar este capítulo é dada a notícia da aprovação do projeto intitulado “Ensino de História e Sensibilidades: a sala de aula sob outra perspectiva” apresentado ao Programa Foco Acadêmico 2021-2022.<sup>42</sup>

Seguimos pensando, acreditando e trabalhando por uma sala de aula ativa, com sentido e sensibilidade.

## CONCLUSÃO

Nos últimos cinco anos, muitas foram, e têm sido, as feridas sociais e econômicas (re)abertas. Uma delas, e bastante funda, está na universidade pública, que vem sofrendo, não só com ataques contra o seu papel científico e democrático, mas igualmente com as constantes penalizações das reduções de repasses de recursos, atingindo diretamente sua estrutura física e o desenvolvimento de pesquisas.

Com a finalidade de promover a complementação da formação acadêmica de alunos de baixa renda, o Projeto Foco Acadêmico – Eixo Ensino contribui não só para a formação dos que nele ingressam, mas igualmente ressignifica a sua missão de ampliar as condições para que permaneçam na Universidade.

Para além desses aspectos, o Projeto Foco Acadêmico – Eixo Ensino consegue entrelaçar, de maneira singular, Docentes e Discentes em estudos e vivências sobre diversos aspectos do ensino e aprendizagem, fazendo com que a sua continuidade e fortalecimento sejam revestidos de imperativa necessidade e importância.

---

42 BALDEZ JUNIOR, Jose Carlos Correa. Projetos Aptos para a Vinculação de Bolsistas do Foco Acadêmico. **PROAES**, 23/08/2021. Disponível em: <<https://portais.ufma.br/PortalProReitoria/proaes/paginas/noticias/noticia.jsf?id=58380>>. Acesso em: 31 ago. 2021.



Como pontua Saravali (2005, p. 100)<sup>43</sup>,

O verdadeiro ensino democrático é aquele que não somente garante o acesso, mas sobretudo a permanência do aluno, enfocando a formação integral e não somente o preparo profissional. Portanto, quando esse aluno chega à instituição superior e não consegue usufruir do ensino que ela e seus mestres promovem, acompanhar suas leituras e exercícios, desenvolver habilidades, aprender a acessar o conhecimento, a educação está longe de atingir seu ideal democrático.

Nossa conclusão é que o Projeto Foco Acadêmico – Eixo Ensino (UFMA), inquestionavelmente, contribui para a permanência de estudantes na Universidade, seja pelo aspecto da bolsa, enquanto oportunidade financeira, seja pelas oportunidades intelectuais e de vivências no âmbito das pesquisas desenvolvidas.

## REFERÊNCIAS

ACAZUBELO, Aline. PROAES inscreve para bolsas do Programa Foco Acadêmico de assistência estudantil. **UFMA**, 2016. Disponível em: <<https://portais.ufma.br/PortalUfma/paginas/noticias/noticia.jsf?id=47817>>. Acesso em: 22 ago. 2021.

AGUIAR, Wanda Maria Junqueira de; BOCK, Ana Mercês Bahia (Org.). **A dimensão subjetiva do processo educacional: uma leitura sócio histórica**. São Paulo: Cortez, 2016.

BALDEZ JUNIOR, Jose Carlos Correa. Projetos Aptos para a Vinculação de Bolsistas do Foco Acadêmico. **PROAES**, 23/08/2021. Disponível em: <<https://portais.ufma.br/PortalProReitoria/proaes/paginas/noticias/noticia.jsf?id=58380>>. Acesso em: 31 ago. 2021.

BASE Nacional Comum Curricular. **Ministério da Educação**, [s.d.]. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>>. Acesso em: 28 ago. 2021.

BOLSA Permanência – Apresentação. **Ministério da Educação**, c2018. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/programa-bolsa-permanencia>>. Acesso em: 25 ago. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 14.343, de 7 de setembro de 1920**. Institue a Universidade do Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-14343-7-setembro-1920-570508-publicacaooriginal-93654-pe.html>>. Acesso em: 20 ago. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931**. Dispõe que o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferência, ao systema universitário, podendo ainda ser ministrado em institutos isolados, e que a organização technica e administrativa das universidades é instituída no presente Decreto, regendo-se os institutos isolados pelos respectivos regulamentos, observados os dispositivos do seguinte Estatuto das Universidades Brasileiras. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 20 ago. 2021.

BRASIL. **Constituição (1946)**. Constituição dos Estados Unidos do Brasil (18 de setembro de 1946). Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao46.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm)>. Acesso em: 20 ago. 2021.

---

43 SARAVALI, Eliane Giachetto. Dificuldades de aprendizagem no Ensino Superior: reflexões a partir da perspectiva piagetiana. **ETD – Educação Temática Digital**, Campinas, v. 6, n. 2, p. 99-127, jun. 2005. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/777/792>>. Acesso em: 02 jul. 2021.

BRASIL. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l4024.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4024.htm)>. Acesso em: 20 ago. 2021.

BRASIL. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Fixa as Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 21 ago. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 69.927, de 13 de janeiro de 1972**. Institui em caráter nacional, o Programa “Bolsa de Trabalho”. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-69927-13-janeiro-1972-418292-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 21 ago. 2021.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 21 ago. 2021.

BRASIL. **Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/l10172.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm)>. Acesso em: 21 ago. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm)>. Acesso em: 21 ago. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação - Lei nº 13.005/2014**. Disponível em: <<http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>>. Acesso em: 22 ago. 2021.

CARVALHO, Conceição Belfort et al. (orgs). **Caderno de Resumos do I Encontro de Assistência Estudantil do Maranhão: o conhecimento transformando realidades**. São Luís, 2017. Disponível em: <[https://32d80e45-1338-4ede-b320-a506c0fcdc09.filesusr.com/ugd/87e58e\\_75b6de509b0b42b4ba6105174aac8fca.pdf](https://32d80e45-1338-4ede-b320-a506c0fcdc09.filesusr.com/ugd/87e58e_75b6de509b0b42b4ba6105174aac8fca.pdf)>. Acesso em: 25 ago. 2021.

CUNHA, Luís Antônio. Casa do Estudante do Brasil. **FGV CPDOC**, c2009. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/casa-do-estudante-do-brasil>>. Acesso em: 20 ago. 2021.

EAD para você. Webinar – Assistência Estudantil da UFMA. **Youtube**, 28 set. 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=wieGNzBqQHI>>. Acesso em: 25 ago. 2021.

EDITAL para concessão de bolsas do Programa Foco Acadêmico para o período de agosto de 2016 a julho de 2017. Edital PROAES nº 18/2016. **UFMA**, 2016. Disponível em: <<http://www.ufma.br/portalUFMA/edital/QC95uNYtdfrBPpe.pdf>>. Acesso em: 22 ago. 2021.

FERREIRA, Diego Carlos; ROSA, Thais Rita Silva. O direito à assistência estudantil: um alerta diante da pandemia da COVID-19. **União Nacional dos Estudantes**, 2020. Disponível em: <<https://www.une.org.br/noticias/o-direito-a-assistencia-estudantil-um-alerta-diante-da-epidemia-da-covid-19/>>. Acesso em: 25 ago. 2021.

FERREIRA, Mallú. Aluno do Programa Foco Acadêmico firmam compromisso e recebem orientações iniciais. **UFMA**, 2016. Disponível em: <<https://portais.ufma.br/PortalUfma/paginas/noticias/noticia.jsf?id=48480>>. Acesso em: 22 ago. 2021.

HORTEGAL, Sansão. Consun aprova criação da Pró-Reitoria de Assistência Estudantil. **UFMA**, 2014. Disponível em: <<https://portais.ufma.br/PortalUfma/paginas/noticias/noticia.jsf?id=44151>>. Acesso em: 21 ago. 2021.

KOWALSKI, A. V. **Os (des)caminhos da política de assistência estudantil e o desafio na garantia de direitos**. Tese (Doutorado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, 2012. Disponível em: <<https://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/5137>>. Acesso em: 15 ago. 2021.

MACHADO, João Luís de Almeida. A BNCC e a formação de professores. **Planeta Educação**, 2018. Disponível em: <<https://www.planetaeducacao.com.br/portal/formacao-continuada/a/78/a-bncc-e-a-formacao-de-professores>>. Acesso em: 28 ago. 2021.

MELO, Lucas. Projeto Foco Acadêmico é apresentado em oficina para professores da UFMA. **UFMA**, 2018. Disponível em: <<https://portais.ufma.br/PortalUfma/paginas/noticias/noticia.jsf?id=51663>>. Acesso em: 25 ago. 2021.

MIZUKAMI, Maria da Graça Nicoletti. **Ensino: as abordagens do processo**. São Paulo: EPU, 1986.

NAE estreia nova página on-line. **UFMA**, 2006. Disponível em: <<https://portais.ufma.br/PortalUfma/paginas/noticias/noticia.jsf?id=1717>>. Acesso em: 22 ago. 2021.

NÚCLEO de Assistência Estudantil da UFMA. **UFMA**, 2009. Disponível em: <<https://portais.ufma.br/PortalUfma/paginas/noticias/noticia.jsf?id=6319>>. Acesso em: 22 ago. 2021.

O CONHECIMENTO transformando realidades. **Encontro de Assistência Estudantil do Maranhão**, 1. São Luís, 2017. Disponível em: <<https://encontroproaesufma.wixsite.com/encontroestudiantilma>>. Acesso em: 25 ago. 2021.

OLIVEN, Arabela Campos. Histórico da Educação Superior no Brasil. In: SOARES, Maria S. A. (org.). **A Educação Superior no Brasil**. Brasília: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), 2002.

PINHEIRO, Leticia Rafaelle Gusmão. **Saiu o Edital do Programa Foco Acadêmico**. PROAES. 2016. Disponível em: <<https://portais.ufma.br/PortalProReitoria/proaes/paginas/noticias/noticia.jsf?id=47785>>. Acesso em: 22 ago. 2021.

PRÓ-REITORIA de Assistência Estudantil. **Universidade Federal do Maranhão**, 2012. Disponível em: <<https://slidetodoc.com/universidade-federal-do-maranhao-proreitoria-de-assistencia-estudiantil/>>. Acesso em: 21 ago. 2021.

PROJETO Político Pedagógico. Curso de História. Licenciatura. **DEHIS/CCH**, 2014. Disponível em: <[https://sigaa.ufma.br/sigaa/public/departamento/documentos.jsf?id=850&lc=pt\\_BR](https://sigaa.ufma.br/sigaa/public/departamento/documentos.jsf?id=850&lc=pt_BR)>. Acesso em: 28 ago. 2021.

REDAÇÃO final das contribuições feitas em consulta pública (Edital nº 29/2018 – PROAES – UFMA) sobre o texto da minuta de regulamento do Programa de Permanência Estudantil nos cursos de graduação da Universidade Federal Do Maranhão – UFMA. **Portal UFMA**, 2018. Disponível em: <<http://www.ufma.br/portalUFMA/resultado/gV5kc4WQ8GTD0bR.pdf>>. Acesso em: 25 ago. 2021.

RELATÓRIO de Gestão 2018. **UFMA**, 2018. Disponível em: <<http://www.ufma.br/portalUFMA/arquivo/E0IDdFRjsuNQFtt.pdf>>. Acesso em: 25 ago. 2021.

ROSA, João Guimarães. **Grande Sertão: Veredas**. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, Biblioteca Luso-Brasileira, 1994. Série Brasileira. Volume II.

SARAVALI, Eliane Giachetto. Dificuldades de aprendizagem no Ensino Superior: reflexões a partir da perspectiva piagetiana. **ETD – Educação Temática Digital**, Campinas, v. 6, n. 2, p. 99-127, jun. 2005. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/777792>>. Acesso em: 02 jul. 2021.

SIQUEIRA JUNIOR, Etevaldo Alves de; SILVA, Ana Paula Rodrigues da. Reflexões sobre práticas pedagógicas como fontes mediadoras da aprendizagem ao estudante com deficiência: um diálogo com a história. **Revista Querubim**, v. 4, n. 44 (2021). p. 33-38. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/querubim/issue/view/252>>. Acesso em: 22 ago. 2021.

UFMA. **Resolução nº 73-CONSUN, de 2 de fevereiro de 2004**. Adequa a estrutura organizacional da Universidade Federal do Maranhão e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.ufma.br/portalUFMA/arquivo/fkJYLJSpHG4TUaW.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2021.

UFMA investe em projetos e programas de assistência estudantil. **O Imparcial**, 2016. Disponível em: <<https://oimparcial.com.br/cidades/2016/05/ufma-investe-em-projetos-e-programas-de-assistencia-estudantil/>>. Acesso em: 21 ago. 2021.

# APRENDIZAGEM HISTÓRICA:

Entre conceitos e aplicabilidades



[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)



[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)



[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)



[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)



**PROFHISTÓRIA**  
MESTRADO PROFISSIONAL  
EM ENSINO DE HISTÓRIA



**Atena**  
Editora  
Ano 2022

# APRENDIZAGEM HISTÓRICA:

Entre conceitos e aplicabilidades



[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)



[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)



[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)



[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)



**PROFHISTÓRIA**  
MESTRADO PROFISSIONAL  
EM ENSINO DE HISTÓRIA



**Atena**  
Editora  
Ano 2022